

ST12

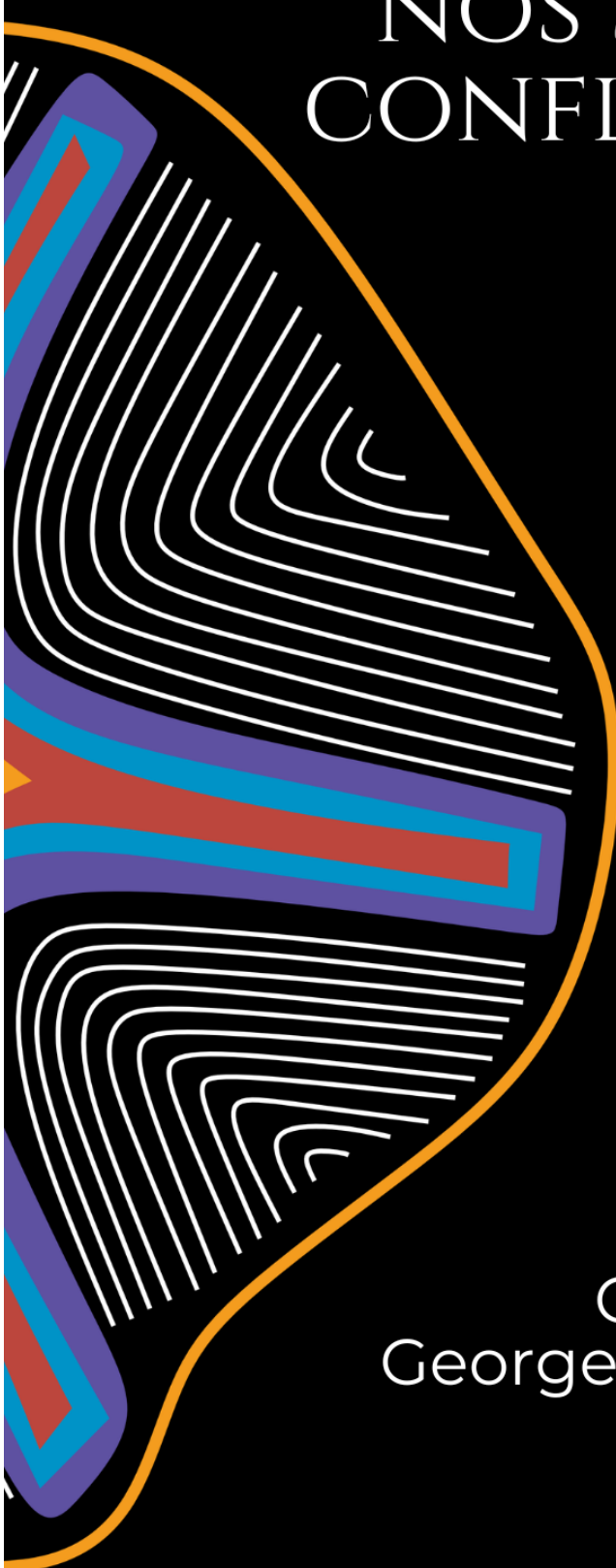
CULTURAS POLÍTICAS NOS SÉCULOS XX E XXI: CONFLITOS, RUPTURAS E EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

Coordenadores:
Daiane da Silva Vicente
Gabriel Pereira Nascimento
George Daniel Rodrigues Fonseca)

XIII

EPHIX UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG



Fascismo e fim dos mundos: Pier Paolo Pasolini e sua leitura da Itália pós-Mussolini

Guilherme Cesar Tavares Melgaço

Mestrando em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

gui53281@gmail.com

RESUMO

Em 1975, o cineasta e escritor italiano Pier Paolo Pasolini apontou que o desaparecimento dos vaga-lumes, metafórica e literalmente, representaria a ascensão de um fascismo moderno, iniciado ainda no contexto de redemocratização da Itália, nos anos 1940, mostrando sua visão pessimista do futuro italiano. Seus vaga-lumes eram o povo, os modos artesanais e as culturas populares que, sobrepujados pela sociedade capitalista e seu consumismo, estariam desaparecendo, ao passo que também haveria um esvaziamento do poder, desprovido de centralidade e propósito. No presente trabalho investigamos o texto de Pasolini, *Il vuoto del potere in Italia (O Vazio do poder na Itália)*, a partir de sua concepção decadentista de fim de mundo na Itália: o Fascismo democrata-cristão, ou, Neofascismo, suas permanências e metamorfoses; amparando-se, de modo complementar, em sua filmografia, biografia e contexto. A crítica desenvolve-se a partir das reflexões de Maria Betânia Amoroso, no que tange à produção intelectual e crítica de Pasolini, de Georges Didi-Huberman, que contesta a visão decadentista dele, em diálogo com Giorgio Agamben e Massimo Recalcati, especialmente na relação entre corpos, poder e política. A leitura desses autores é feita à luz das proposições historiográficas de Reinhart Koselleck e François Hartog acerca da construção do tempo histórico, permitindo a expansão de alguns dos tópicos abordados por pelo intelectual italiano. Em uma análise parcial, propomos que o fim de mundo pasoliniano é dado a partir de seus “humores”, aqueles sentimentos que configuram sua visão decadentista: 1) memórias de uma ideologia perigosa; 2) o medo do presente desvelado; 3) a nostalgia do passado e 4) agonia por um futuro apocalíptico. Estes sustentam o entendimento de que o Fascismo é uma ideologia adaptativa que, sobretudo, visa o fim de uma série de mundos que lhe são intoleráveis e/ou ameaçadores, mas que também objetiva dominação do tempo, a partir de um controle sobre passado, presente e futuro

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo; Neofascismo; Itália; Pasolini; Poder

Introdução

O adjetivo “fascista” e o substantivo “fascismo” são duas palavras muito em voga nos debates do dia-a-dia e no ambiente acadêmico. Em muitos casos tem-se a adição do prefixo *neo*, novo, seja para caracterizar uma versão nova ou para diferenciar daquele de meados do século XX. Há uma certa banalização no uso desse termo? Defendemos que sim, e essa banalização nos leva desde anacronismos até uma incompreensão dessa ideologia. Contudo, assim como Robert

Paxton e Umberto Eco, também defendemos que é possível o fascismo adquirir novas roupagens e passe por metamorfoses em sua forma, ideologia e comportamentos.

O objetivo deste trabalho é compreender um desses fazer e refazer-se do Fascismo, ou melhor, do “Fascismo democrata-cristão” apresentado por Pier Paolo Pasolini em *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), publicado em 1975, e em outros textos da sua chamada *fase corsária* e mostrar como um sujeito é interpelado por seu tempo e interpela nele próprio a partir de seus sentimentos. O texto organiza-se em uma primeira seção que trata do fascismo histórico e sua gênese; em seguida, na apresentação biográfica de Pasolini e de sua ideia acerca da metamorfose do fascismo; finalmente, esboçando alguns comentários ao seu pensamento amparando-nos em comentadores de sua obra.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar de *O Vazio do poder na Itália* [1975] ser a obra principal analisada, outros textos da fase corsária também são de suma importância para a compreensão de sua Itália, ainda que indiretamente citados. Entre eles estão: *Análise linguística de um slogan* [1973], *A primeira, verdadeira revolução de direita* [1973], *Aculturação e aculturação* [1973], *Os intelectuais em 68* [1974] e *A ignorância Vaticano como paradigma da ignorância da burguesia* [1975]. A citação é pertinente pois, para além do conteúdo deles, uma leitura desses textos parece revelar, junto de seus filmes, o desenvolvimento de seu argumento central, sendo o texto *O Vazio do poder na Itália* aquele que sintetiza a tese pasoliniana sobre esse refazer-se do fascismo.

Fascismo e decadência

Mesmo que de maneira superficial, é importante compreender o que é o Fascismo, e no paradigmático trabalho de Robert Paxton, *Anatomia do Fascismo* (2007), podemos encontrar algumas respostas. Na sua interpretação, o nacionalismo e o expansionismo pós Primeira Guerra Mundial são seus férteis geradores, o que situa como uma ideologia política que reflete a sua época, mas que no entanto, pode se desdobrar para outros locais e regiões.

E quanto ao seu entendimento do que é o Fascismo: é uma “religião política” (p. 358), pois é nascido através da sacralização praticamente pactuária entre elites e camadas tradicionais, das massas e grupos diversos que se organizam ao redor de um partido que tem nacionalismo, militarismo e aversão à democracia como alguns de seus bastiões, orientando-se pelo poder,

exterminio de seus inimigos e que tem sua centralidade no líder e nos espetáculos do civismo público, que vaporizam a cidadania e os direitos e deveres através da massificação.

Paxton ressalta as contraditoriedades entre a prática e fala dos fascistas: se, por um lado, se dizem antcapitalistas e anti-burgueses, por outro, são críticos somente à sua materialidade, se esquecendo, intencionalmente, de criticar sua exploração. Contudo, também descarta a ideia de que seja um instrumento capitalista, visto que não é necessariamente um meio para sua instalação e perpetuação. Esta visão pode ser bem debatida, principalmente no atual contexto mundial, em que a Direita tem se tornado, em um fenômeno global, cada vez mais inclinada às narrativas e características do (novo)Fascismo. O que se pode afirmar, no entanto, é que esse Fascismo histórico despreza o liberalismo e o materialismo socialista.

Uma afirmação de Paxton é bem importante para este trabalho: “O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade [...]” (PAXTON, 2007, p. 358). Compreendemos que essa decadência assenta-se justamente na preocupação do Fascismo com a destruição do tempo, a partir de seu comportamento belicoso e que visa, através da massificação do civismo, controlar pela despolitização e repressão, sempre com o objetivo de exterminar e destruir aqueles que não se encaixam em suas hostes, física e simbolicamente.

A concepção de Paxton vai ao encontro de Furio Jesi, que chamava a atenção para a máquina mitológica nazifascista: “A cultura de direita é uma cultura na qual o passado é uma espécie de mingau homogêneo que pode ser preparado e conservado de maneira muito útil. Cultura em que prevalece uma religião da morte ou uma religião dos mortos exemplares” (2021, p. 279).

E o estudo de caso deste trabalho é exatamente sobre decadência, que aqui propomos como o objetivo último do Fascismo e suas ramificações: a destruição da dimensão humana na história (aquela do dia-a-dia de cada um) a partir da dominação da vida social, econômica, cultural e política mas que, em 1975, Pasolini identifica como um fascismo novo, o que não significa, porém, inédito. E as memórias daquele período formalmente inscrito entre os anos 20 e 40 ainda estavam muito vivas em Pasolini. Eis o primeiro de seus “humores”¹, a Experiência, que segundo

¹ Quando refiro a “humores”, me refiro às disposições afetivas que operam no pensamento pasoliniano, fazendo referência aos postulados da escola de Hipócrates (cf. REZENDE, 2009), que apontava para um equilíbrio da vida caso quatro líquidos, ou, humores estivessem em harmonia ou desarmonia (*eucrasia*): Sangue (animação), Fleuma (apatia),

Koselleck (2006), é a atualidade do passado, aquilo que já aconteceu mas que encontra-se presente nas gerações futuras, a partir da lembrança. Koselleck (2014) tensiona a Experiência entre a individualidade e a sociedade e assim concebe que, a partir de experiências individuais, cria-se uma visão que é geracionalmente repassada e discutida, surgindo um caráter duplo entre a experiência vivida e os desdobramentos dela.

Matadores de vaga-lumes

Pier Paolo Pasolini foi um cineasta, intelectual e escritor italiano, nascido em 1922, em Bolonha. Era homossexual e comunista, filiado ao Partido Comunista Italiano por dois anos, antes de ser expulso — a homossexualidade era um tabu ainda maior em sua época, e alguns ainda assumem que seu envolvimento com menores de idade resultou nessa expulsão. Seu falecimento ocorreu em 1975, e há muitas dúvidas sobre sua morte: assume-se que foi assassinado por um acompanhante numa praia da cidade de Óstia (REYES, 2017). Alguns de seus filmes de destaque são: *O Evangelho segundo São Mateus* (1964), *Teorema* (1968) e *Saló ou Os 120 Dias de Sodoma* (1975).

Contudo, o Pasolini que aqui nos interessa não é, primariamente, o cineasta, mas sim o pensador e escritor que supôs um final da história a partir da metáfora dos vaga-lumes. Essa fase intelectual de Pasolini é chamada por seus comentadores de “fase corsária”, localizada entre 1973 e 1975, na qual publicou textos e crônicas pelo *Corriere della Sera* e *Il Mondo*. Essa fase é caracterizada pelos escritos de teor político e da sua visão sobre o novo tipo de fascismo observável na Itália de seu tempo. Assim, ele inicia:

No início dos anos 60, por causa da poluição do ar e principalmente, no campo, por causa da poluição da água (dos rios azuis e regos transparentes), os vaga-lumes começaram a desaparecer. O fenômeno foi instantâneo e fulminante. Em poucos anos não existiam mais vaga-lumes. (São agora uma lembrança, bastante dilacerante, do passado: e um homem de idade que tenha essa lembrança não pode reconhecer nos novos jovens sua própria juventude e, por isso, não pode mais ter belas saudades de antigamente.) (PASOLINI, 2020, p. 163).

O trecho em questão faz parte das ideias apresentadas por Pasolini em *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), publicado no *Corriere della Sera*, em 1975 (ano de seu assassinato),

Bile amarela (cólera) e Bile negra (melancolia). E acredito que essa referência designe muito bem o sentimento de um intelectual como Pasolini na sua tão desesperançosa leitura da Itália.

sendo depois compilado junto a outros de seus textos nos *Scritti corsari* com o título de *L'Articolo delle lucciole*, por conta da metáfora apresentada por ele.

Para começar, é importante citar que Pasolini foi, para Maria Betânia Amoroso (1993) — uma de suas principais estudiosas no Brasil —, um intelectual múltiplo e completo que, assim como Nietzsche e Foucault, tentou apontar para sua contemporaneidade a partir do que chama de “males do homem”: e para ela, a principal questão pasoliniana sempre esteve ao redor da relação entre realidade e linguagem. No prefácio à edição brasileira dos *Escritos Corsários*, Amoroso (2020) aponta que a produção de Pasolini vem sendo acessada com mais frequência a partir dos anos 2000, quando a perspectiva do Corpo assume a centralidade de um espaço que, anteriormente, era mais ocupado pela da Luta, no sentido marxista.

Pasolini inicia criticando algumas ideias que julgava um retrocesso à interpretação do Fascismo histórico, ou, “Fascismo Fascista” (PASOLINI, 2020, p. 162), e por conta disso, da não percepção de um novo fascismo instaurado na Itália. Segundo ele, o regime anterior, o *Fascio* histórico, foi metamorfoseando-se de forma intencional para assumir a face do Fascismo democrata-cristão; enquanto outros autores defendem que findara-se como regime político na Itália ao fim da Segunda Guerra Mundial.

A tese de Pasolini inicia-se por volta da década de 1940, com o fim do regime fascista, da morte do *Duce* Benito Mussolini e, finalmente, na redemocratização e nascimento da República Italiana. Em sua análise, nesse período, até início dos anos 1960, passava-se por uma transição anterior ao desaparecimento dos vaga-lumes, a qual designa Fase Um. Ela era caracterizada pelo antifascismo formal, pela intensificação da violência policial e desprezo constitucional; pela mobilização das classes médias e camponesas ao redor do governo democrata-cristão.

A Fase Dois seria marcada pela vista nublada dos intelectuais, incapazes de perceber esse espectro fascista no ar. Iniciava-se nos anos 1960, e prosseguiria até para diante dos tempos de Pasolini caso não fosse combatida — é bastante perceptível na Itália a continuidade dessas ideias. Escrevendo no calor do momento, no artigo *A primeira, verdadeira revolução de direita*, de 1973, Pasolini (*ibid.*) sustenta que a primeira revolução de direita estrutura-se entre 1971 e 1972, a partir da perda do halo de valores e instituições tradicionais, pela derrocada do humanismo real (aquele que não foi poluído pela massificação e pela burguesia), pela miopia da Esquerda em analisar seu presente, na inação dos estudantes e na perda de uma herança paterna, original — temática muito presente em toda a obra do diretor.

Ao adjetivar como “primeira” e “verdadeira”, Pasolini refuta uma corrente, muito elogiosa ao governo de Mussolini, que interpretou o fascismo como uma revolução. Isso foi ressaltado por Umberto Eco ao citar que “O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução” (2018, s.p.). Nesse mesmo título, Pasolini defende que a verdadeira revolução do fascismo se assentou pelo domínio formal, civil e cultural.

Nesta fase, o Fascismo democrata-cristão é por ele desmascarado, e é preciso indicar que a alcunha “democrata-cristã” tem haver com o partido que governava a Itália em sua época, o Democrazia Cristã (DC), que governou a república italiana por quase cinco décadas após a queda de Mussolini, e foi caracterizado por conluíus políticos de centro e direita, que buscaram manter a esquerda afastada, e que tinha a doutrina clerical católica, a economia de mercado e a integração europeia como alguns de seus elementos ideológicos. O segundo dos quatro “humores”: a revelação de que o presente havia se tornado, novamente, fascista, mas fascista em um novo sentido. Eis que os vaga-lumes desapareceram (?!).

Mas quem seriam estes? Literalmente: os *Coleópteros*, os insetos que emitem bioluminescência, e que estariam sendo dizimados por efeito da poluição do ar, do campo e, podemos acrescentar, pela intensificação das luzes da cidade, que esmaecem a iluminação natural deles. Metaforicamente: as classes populares tradições muito antigas, agrárias e paleocapitalistas que, ofuscados por um novo regime de extrema-industrialização, deterioração política e moral baseados no consumismo cataclisma esses vaga-lumes, o povo: “Os “valores”, nacionalizados e portanto falsificados, do velho universo agrícola e paleocapitalista repentinamente não contam mais. Igreja, pátria, família, obediência, ordem, poupança, moralidade não contam mais” (PASOLINI, 2020, p. 165). Substituem-se essas instituições e códigos pelo esvaziamento cultural, consumismo, laicismo, uma questionável forma de tolerância e o hedonismo.

É possível observar, inicialmente, um ofuscamento e depois morte-desaparecimento desses valores, costumes: desse povo agrícola e paleocapitalista que resistiu inclusive ao Fascismo-fascista, mas incapaz de sobreviver ao Fascismo democrata-cristão. Com relação à ideia decadentista e fatalista pasoliniana, em uma introdução aos *Escritos corsários*, Alfonso Berardinelli aponta, por um lado, para a miopia e tendência do intelectual em sua tese, por outro, para o teor provocativo e eficaz dela. Berardinelli escreve que “O fato é que, para Pasolini, os conceitos sociológicos e políticos se tornavam evidências físicas, mitos e histórias do fim do mundo. Assim,

finalmente, Pasolini encontrava o modo de manifestar, representar e dramatizar teórica e politicamente suas angústias”. (BERARDINELLI, 2020, p. 10).

A visão pasoliniana também vai ao encontro das proposições apresentadas em *O fascismo eterno* (2018), originalmente publicado na Itália em 1997, pelo polímata Umberto Eco, que alerta para a continuidade dos ideais fascistas revestidos de uma nova face em vista, tão perigoso quanto o fascismo histórico, o que chamou de “Ur Fascismo”, ou “fascismo eterno”. Este, poderia mascarar-se em trajes e trejeitos civis, o que foi diagnosticado por Pasolini naqueles políticos democrata-cristãos e nos próprios pequeno e grandes burgueses.

Antes de passar à crítica das ideias pasolinianas, é preciso apontar que a visão de Pasolini ainda guardava alguma esperança! Escreveu ele que “[...] na história o "vazio" não pode subsistir: só pode ser predicado em abstrato e absurdo” (PASOLINI, 2020, p. 168). Em outro texto de sua fase corsária, *Análise linguística de um slogan*, comentou sua negatividade:

Mas é possível prever um mundo tão negativo? É possível prever um futuro como "fim de tudo"? Alguns como eu tendem a isso, por desespero: o amor pelo mundo em que viveram e que experimentaram os impede de pensar num outro igualmente real, e de imaginar que possam ser criados outros valores análogos àqueles que tornaram preciosa uma existência. Essa visão apocalíptica do futuro é justificável, mas provavelmente injusta (PASOLINI, 2020, p. 43).

No final, Pasolini retorna àquela temática que lhe acompanhou em alguns de seus filmes: o fim, mas ainda assim, reserva àqueles que, como ele, enxergam na arte e no artesanato uma ilha perante a esse Neofascismo cada vez mais consumista e massificado.

Os vaga-lumes realmente morreram?

Segundo Georges Didi-Huberman, filósofo e historiador da arte nascido na França, a resposta é não. Em sua visão, Didi-Huberman (2011) compreende que os vaga-lumes não estariam mortos — inclusive os insetos por ele teriam sido vistos em Roma —, mas que Pasolini, melancólico, desesperançoso, e com sua imaginação fulminada, teria ficado míope a outras formas de sobrevivência contra esse regime, ou, segundo o ele,

O que desapareceu nele foi a capacidade de ver - tanto à noite quanto sob a luz feroz dos projetores - aquilo que não havia desaparecido completamente e, sobretudo, *aquilo que aparece apesar de tudo*, como novidade remanescente, como novidade "inocente", no presente desta história detestável de cujo interior ele não sabia mais, daí em diante, se desvencilhar” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 65 [grifos do autor]).

De acordo com ele, ainda existiriam grupos e culturas capazes de não se deixar ofuscar totalmente pelas luzes desse regime, citando “gestos de resistência do subproletariado” (p. 64) mostradas pelo próprio Pasolini em seu *Chroniques romaines* e nas revoltas dos estudantes.

Outro importante comentário do francês é sobre o poder. Ele teria se desesperado com a política italiana, poder este esvaziado por essa mercantilização de seu poder e da cultura política — estágio primário de seu processo apocalíptico. E é dialogando com Benjamin que, novamente, Huberman (*ibid.*) faz uma crítica a esse olhar decadentista que, tem menos haver com a busca do que resiste e/ou sobrevive, do que com a teorização do apocalipse e de suas propriedades.

Em tempos de intensificação do medo de uma “Terceira Guerra Mundial” (entre atores ainda inconclusivos), um holocausto nuclear, previsões de um apocalipse ambiental ou tecnológico, e ainda com memórias de uma pandemia mundial como a Covid-19, essas considerações são de suma importância, pois dizem muito sobre uma ansiedade presentista de fim do mundo.

Segundo François Hartog (2013) o presentismo é uma forma de experienciar o tempo a partir da sensação de um presente que é um horizonte único, no qual a concepção de futuro desaparece e o passado torna-se algo idealizado e, por vezes, nostálgico, um ponto de escape. Assim, a caracterização do apocalipse, longe de não ser importante, torna-se um horizonte de eventos — o limite de uma singularidade, ou, buraco negro, de onde nada se escapa, o não retorno — que suga para si toda a capacidade de enfrentá-lo. Para usar uma frase da *Divina Comédia*, de Dante, referência importante para ambos Pasolini e Didi-Huberman, “Deixai toda esperança, ó vós que entraís” (ALIGHIERI, 1998, p. 37).

Nome já citado anteriormente, Giorgio Agamben (2007), filósofo italiano que foi amigo próximo de Pasolini, e por ele foi dirigido em *Evangelho segundo Mateus*, compreende que profanar é romper o limite entre o humano e o sagrado religioso — a religião é a distinção entre deus e o homem. E o fascismo democrata-cristão foi esse profanador ao colocar o consumismo como religião.

Mas, Pier Paolo também foi profanador por ter tentado impedir a profanação de culturas populares, especialmente no cinema: era afeito ao emprego de técnicas e atores não profissionais em seus filmes (REYES, 2017), colocando-o ainda mais nesse caráter mais “artesanal” e poético, ao passo que, segundo o comunicólogo e pesquisador de cinema Miguel Serpa Pereira (2004), a autobiografia e até a presença física do próprio diretor em seus filmes tinha como objetivo agir

política e poeticamente, e interagir como o público. Miguel Pereira também aponta para camponeses, operários e outras figuras periféricas sendo centrais para as obras de Pasolini: os mais capazes de espalhar a “boa nova” (*ibid.*, p. 23).

Para Agamben, Pasolini foi um ótimo contemporâneo pois, no ensaio *O que é o contemporâneo* (2009), defende que perceber aquilo que é iluminado pela passagem do tempo não basta, mas que a real importância está justamente em ver a ausência dessa luz como forma de compreender seu período histórico e sua relação com passado e com o futuro: observar o desaparecimento dos vaga-lumes seria, definitivamente, ver a escuridão daquela nova Itália.

A partir da psicanálise, Massimo Recalcati chama atenção para um Pasolini rousseauiano: o homem é essencialmente bom, e sua origem, por sua vez, essencialmente boa, e tem como alguns de seus valores a religião, a família e o patriotismo, que são ordenadores da sociedade a partir de suas instituições, consequentemente, boas por natureza, e que devem possuir a Fraternidade como princípio orientador e objetivo final. Ele também chama a atenção para a morte do gozo, ao passo que esse novo regime controla até mesmo a pulsão sobre a vida, tornando os sujeitos meros instrumentos do desejo a partir dos vícios do consumo e decretando o fim dessa Fraternidade a partir de excessos e do esvaziamento das instituições, do poder e da rebeldia.

Em diálogo com o título original do texto *Il vuoto del potere in Italia* (*O Vazio do poder na Itália*), o que Pasolini propõe não é esvaziamento legislativo ou executivo, mas da própria concepção de Poder, que entende como uma série de ordenamentos capazes de dar sentido às relações das pessoas com o Estado: políticas, linguagem, exército. O poder esvaziado que nomeia o texto de Pasolini é, em si próprio, uma forma de dominação dos corpos, pois o propósito desse novo fascismo é destituir deles a política, a capacidade de se mostrar e resistir e controlar a vida e, principalmente, sua mortalidade. “O verdadeiro poder procede sem eles, os quais já não têm em mãos nada além daqueles aparatos inúteis que fazem dos seus lúgubres paletós a única coisa que que eles têm de verdadeiro” (PASOLINI, 2020, p. 168).

De volta a Agamben (2015), também aponta para um esvaziamento institucional e dos códigos de poder a partir do declínio soviético e da consolidação do Estado capitalista, os quais subverteram outras instituições e conceitos até então fundamentais, povo e nação entre eles. Ademais, esse esvaziamento propiciou tanto um domínio do homem sobre o homem quanto sobre a linguagem, que deveria servir para a união, mas que, na verdade, trabalha para a

separação.

Assim como Recalcati e Didi-Huberman salientam, concordamos que Pasolini é um pensador anti-histórico, já que sua visão rejeita o progresso da história e concentra-se em uma visão quase utópica de passado, de uma bondade e uma tradicionalidade pré-capitalista que ignora, inclusive, a dialética da luta de classes que tanto lhe tocou intelectual e artisticamente. Pasolini não é, contudo, um homem a-histórico. Ele não nega o progresso, mas rejeita que nele haja qualidades, e isso já é, por si só, um componente de sua consciência histórica.

Assim, Pasolini é um nostálgico, e um nostálgico pela restauração, segundo o pensamento de Svetlana Boym (2017). Boym, que foi uma artista e intelectual, propôs a Nostalgia como uma “emoção histórica” (p. 154), e quando se é restauradora, ancora-se na rejeição ao progresso histórico e à modernidade, pois deseja conservar tradições e manter vivo um passado que, muitas vezes, sequer existiu, e que trata-se de uma idealização utópica. A nostalgia de Pasolini, o terceiro humor, é aqui observada não somente a partir do ponto de uma utopização do passado tradicional e popular italiano, mas sim da rejeição à progressão do tempo e à visão idílica de uma origem puramente boa, que é corrompida por essa mesma passagem. Boym diferencia a nostalgia, que para ela é sempre coletiva, da individualidade melancólica. Seu ponto é que a nostalgia age como intermediadora entre um grupo social e a biografia do sujeito.

Outra proposição historiográfica que parece dialogar com as ideias de Pasolini advém, novamente, de Reinhart Koselleck (2006), a Expectativa, ou, a atualidade do futuro. Caracterizada pela projeção daquilo que é desejado ou temido, mas que ainda não é factual, é possível identificarmos na fase corsária o medo do retorno do fascismo. Este é seu quarto e último humor, um futuro agonizante, pavoroso. Quando Pasolini decreta a morte dos vaga-lumes, mesmo que precipitando-se em nossa opinião, ele projeta no futuro uma relação causal de passado e presente que vê no novo fascismo as condições para a extinção futura desses focos de resistência e bondade Originais.

A relação entre Experiência e Expectativa nos é brilhantemente desenvolvida por Koselleck. Segundo ele, “[...] no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”” (2006, p. 16), e “[...] são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã” (p. 308).

Uma das hipóteses de Koselleck (2014) é de que o tempo histórico, que difere radicalmente do tempo natural, é um intermediário entre a experiência e a expectativa, e à medida que a primeira afasta-se, a segunda se aumenta — ou, em outras palavras, enquanto o passado distancia-se do presente o futuro torna-se mais proeminente.

Considerações finais

Pasolini enxergou um novo fascismo, democrata-cristão, que se arraigou na sociedade a partir da destruição de uma aura originalmente boa — tradicional, agrária e paleo capitalista —, a qual encontrou seu fim no consumismo e na destruição de instituições que até então tinham centralidade na sociedade, o que resultou em um esvaziamento do Poder, que tornou-se poder.

O fascismo e suas atualizações se mostram muito maleáveis, e aí repousa seu perigo: se nos anos 20 vestiu-se de farda, usou de símbolos nacionalistas e militaristas para engajar populações massificadas no cenário público, na fase denunciada por Pasolini, usava ternos, proferia discursos democráticos e de tolerância, que propagavam-se especialmente pela televisão.

O que tentamos apresentar ao longo dessa pesquisa foi um diálogo entre sujeitos e seus tempos: de Pasolini e sua visão sobre sua Itália, a partir de conceitos como Fascismo, Experiência, Expectativa, Nostalgia e Presentismo. Os sentimentos individuais são interpelados pela sua própria época, mas que também podem ser chaves para contra-análise do seu momento.

Desde o início tentamos chamar a atenção para as disposições afetivas, ou, os humores que engendraram a visão pasoliniana do regime fascista democrata-cristão. Esses humores talvez se desequilibram justamente por serem demasiadamente negativos: ele experienciou o fascismo em seu passado, cresceu e viveu nele por algum tempo; desesperou-se por ter sido o único, ou um dos únicos, a ler e desvelar esse novo regime; sua melancolia o levou a um sentimento nostálgico e idílico da Itália que ele idealizou e que estava sendo exterminada por esse novo fascismo; e, finalmente, a partir da agonia e da expectativa de que o futuro italiano fosse apocalíptico.

Concordamos com Didi-Huberman (2011) e Recalcati (2022), que Pasolini precipitou-se em suas análises, e sua miopia o impediu de ver outras possibilidades da não destruição, ou, sobrevivência dos vaga-lumes; e também sua visão a-histórica e anti-moderna também guarda problemáticas por seu caráter demasiado decadentista e exagerado, mas é inegável que sua leitura guarda acurácias no sentido de trazer uma visão sobre o esvaziamento do poder e pela ascensão

do consumismo, os quais são ainda hoje observados e, seguindo algumas análises mais recentes², direcionam nosso entendimento para a re-ascensão de uma onda de Extrema-Direita global que guarda similitudes com o fascismo clássico e com o regime que Pasolini, desesperadamente, denominou de democrata-cristão.

Mesmo com seus exageros, Pasolini foi, não ironicamente, um vanguardeiro no combate ao capitalismo massificado e neoliberal que, desde a segunda metade do século passado expandiu seu controle sobre o mundo: por um lado esvaziando-o de seu caráter para o desenvolvimento da sociedade e à política, por outro, transbordando para o mercado e o consumo. Nos falta, como poeticamente encerrou o *Artigo dos vaga-lumes*, lutar pela sobrevivência de um único vaga-lume que seja frente aos passados e novos tempos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim**: notas sobre a política. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia - Inferno**. Tradução e notas de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.

AMOROSO, Maria Betânia. Pasolini crítico literário. **Revista de Italianística**, v. 1, p. 49-59, 1993.

AMOROSO, Maria Betânia. Pasolini entre mutação e sobrevivência. In: PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

BERARDINELLI, Alfonso. O ensaísmo político de emergência de Pasolini. In: PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

²Podemos citar os trabalhos: FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 17, nº 40, set./dez., 2018, p. 43 - 64; ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023; TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita**. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2023.

BOYM, S. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236>. Acesso em: 6 mar. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018 [recurso digital].

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JESI, Furio. **Cultura de Direita**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

PASOLINI, Pier Paolo. **Escritos corsários**. São Paulo: Editora 34, 2020.

PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Miguel. Um Olhar sobre o Cinema de Pasolini. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 5, n.9, 2004, p. 14-26.

RECALCATI, Massimo. **Pasolini - o fantasma da origem**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2022.

REYES, Josmar de Oliveira. Pasolini, o iconoclasta. **Revista do Instituto Humanitas Unidos - IHU On-line**, ed. 504, 2017. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6848-pasolini-o-iconoclasta>. Acesso em: 08 mar. 2026.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Dos Quatro Humores às Quatro Bases. *In: À sombra do plátano: crônicas de história da medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 49-53. História da Medicina series, vol. 2.

Igreja e franciscanos no apoio à greve de 1979 em Divinópolis

Larissa Virgínia Veiga

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Integrante do projeto de pesquisa: A Ditadura em Minas Gerais: história, memória e historiografia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

E-mail: veigalarissa542@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa a atuação da Igreja Católica, em especial dos franciscanos, no apoio aos trabalhadores durante a greve dos metalúrgicos de 1979 em Divinópolis/ MG no contexto da ditadura militar brasileira. Metodologicamente, a pesquisa articula análise de imprensa local, fontes iconográficas e entrevistas, mobilizando aportes da história oral. Busca-se compreender como setores da Igreja se posicionaram diante do movimento grevista, evidenciando práticas de apoio material, simbólico e político. A greve teve início em 11 de agosto de 1979, após uma reunião realizada na Capela de Santa Cruz, espaço pertencente aos franciscanos. O que já indica a abertura do espaço religioso para a organização dos trabalhadores em um contexto de repressão. Ao longo do movimento, o local continuou sendo utilizado para reuniões e arrecadação de fundos e distribuição de alimentos, revelando um suporte concreto às demandas operárias. Além disso, o jornal *A Semana*, fundado por franciscanos, desempenhou papel importante ao divulgar em 25 de agosto de 1979, uma mensagem oficial de apoio do clero divinopolitano. No texto foram reconhecidos o direito de greve, a insuficiência dos salários e as desigualdades sociais, articulando princípios cristãos a reivindicações trabalhistas. Tal posicionamento evidencia a influência das diretrizes do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín e Puebla, associadas à renovação da Igreja e à aproximação com os setores populares. A análise também considera as transformações internas da Diocese de Divinópolis, especialmente a mudança de orientação pastoral com a nomeação de Dom José Costa Campos, em 1979, indicando um deslocamento em direção a uma atuação mais engajada socialmente. Portanto, conclui-se que durante a greve parte da Igreja local assumiu papel ativo no apoio aos trabalhadores, ultrapassando o âmbito estritamente religioso e inserindo-se nas disputas sociais e políticas do período. Essa atuação evidencia a complexidade das relações entre Igreja e movimento operário, contribuindo para a compreensão das formas de resistência à ditadura no interior de Minas Gerais.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Movimento Operário; Igreja Católica; Greve de 1979; Divinópolis

Introdução

Na conjuntura que marcou o período pré-golpe militar de 1964, assim como os primeiros anos da ditadura, parte significativa da Igreja Católica e de seus representantes assumiu uma postura conservadora e favorável ao regime. Tal posicionamento estava fundamentado na ideia de que era necessário salvar o país de uma suposta ameaça comunista iminente (GOMES, 2014). Nesse contexto, as relações entre Estado e Igreja tornaram-se gradativamente tensionadas,

sobretudo porque após os anos iniciais da ditadura, setores da Igreja passaram a assumir posições progressistas e em razão disso, tornaram-se alvos de perseguição em “todas as esferas do aparato repressivo” (GOMES, 2014, p. 80).

Nos anos finais da ditadura, período que também marcou o ressurgimento dos movimentos de trabalhadores no cenário público, a Igreja Católica já havia passado por importantes processos de transformação, tornando-se até mesmo a Igreja “mais progressista do mundo” (MAINWARING, 1989, p. 169). Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é analisar o apoio oferecido por setores da Igreja Católica, em especial religiosos da ordem franciscana, ao movimento grevista de trabalhadores ocorrido em Divinópolis, em agosto de 1979.

De acordo com Souza (2016), no período que antecedeu a ditadura militar, Divinópolis já se consolidava como a principal cidade do Centro-Oeste de Minas, reunindo cerca de 53.340 habitantes no início da década de 1960 e sendo também importante centro político, cultural e econômico. Desde os primórdios de sua história, o município teve forte relação com a religiosidade, mas ela se fortaleceu ainda mais a partir de 1924, quando chegaram os primeiros franciscanos. Nas décadas seguintes o número de religiosos da ordem aumentou expressivamente, sendo as décadas de 1950 e 1960, o período de maior centralidade da presença franciscana no município.

Parte dos religiosos franciscanos aproximou-se das demandas populares e dos movimentos sociais locais, principalmente nos anos compreendidos pela abertura política. Desenvolveu-se nesse contexto uma resistência franciscana na cidade, manifestada em ações cotidianas de conscientização política e social, como a distribuição de materiais informativos ao final das missas (VEIGA, 2022). Além disso, espaços ligados aos franciscanos, como o convento e a Capela de Santa Cruz, tornaram-se locais de encontro, articulação e resistência durante o período ditatorial. Dessa forma, a atuação franciscana em Divinópolis ultrapassou o âmbito estritamente religioso, articulando-se diretamente com os movimentos sociais que emergiram na cidade.

Um desses movimentos foi a greve de 1979, que perdurou durante grande parte do mês de agosto. Desta forma, este texto busca analisar diferentes formas de aproximação e solidariedade manifestadas pelos franciscanos e por outros setores da Igreja Católica de Divinópolis em relação aos trabalhadores grevistas. O corpus documental da pesquisa é

composto pela análise de uma mensagem do Bispo e do Clero de Divinópolis em defesa do movimento, publicada no jornal *A Semana*, além de um editorial do periódico *Diário do Oeste*, que também circulava na cidade e reforçava o posicionamento favorável da Igreja diante da greve. Também foram utilizados trechos da entrevista realizada com José Maria Cesário, integrante do comando grevista, bem como fotografias pertencentes ao seu acervo pessoal.

A análise das fontes permitiu identificar três formas de apoio da Igreja Católica à greve de 1979: a abertura de espaços físicos para a realização de reuniões e atividades ligadas ao movimento grevista; a divulgação pública de mensagens de apoio, por meio de panfletos e jornais da cidade; e, por fim, a atuação na arrecadação de alimentos e na organização do fundo de greve destinado aos trabalhadores. Assim, este artigo divide-se em três seções, cada uma dedicada a uma dessas frentes de atuação, buscando demonstrar que setores da Igreja em Divinópolis acompanhavam o movimento mais amplo de transformações ocorridas na instituição.

Antecedentes da greve e a apropriação de espaços da Igreja pelos trabalhadores

Desde o período que antecedeu a greve de 1979, a Igreja em Divinópolis colaborou com movimentos de trabalhadores e outros grupos ao ceder seus espaços físicos para reuniões e atividades de organização. Um exemplo foi o encontro realizado no Salão das Obras Sociais da Diocese de Divinópolis, que contou com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrida em 19 de julho daquele ano, a atividade marcou significativamente os trabalhadores da cidade e representou uma das principais fagulhas para a eclosão da greve no mês de agosto. Naquele contexto, segundo Antunes e Santana (2014), Lula já se projetava nacionalmente como uma das principais lideranças das greves do ABC paulista e como expressão do chamado novo sindicalismo. Em Divinópolis, juntamente com outras lideranças, sua fala foi para cerca de dois mil trabalhadores no Salão das Obras Sociais da Diocese, em meio a um cenário de intensa efervescência política e organizativa.

Figura 1: Encontro com a diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo no Salão das Obras Sociais da Diocese de Divinópolis em 1979.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário

O fato de o encontro ter sido realizado em um espaço pertencente à Igreja já revela indícios do apoio da instituição ao movimento dos trabalhadores. Contudo, dias depois outra reunião marcaria de maneira mais decisiva o início da mobilização no município: a assembleia realizada na Capela de Santa Cruz. A atividade contou com a presença do sindicalista João Paulo Pires Vasconcelos, de João Monlevade, conforme aponta o relato de José Maria Cesário:

Resolvemos fazer uma assembleia com os metalúrgicos, porque tinha greve em um monte de lugar e o pessoal insatisfeito. Fomos fazer uma reunião lá e marcamos. E essa reunião se deu no dia dos pais, e essa reunião foi 7 horas da noite foi até 8, 9 horas. A maioria dos Metalúrgicos que estava lá não tinha noção do que era uma greve, como é que funcionava a greve. Você tem greve, você pode fazer uma greve dentro da fábrica, parar lá dentro da fábrica, você entra para fábrica e lá você cruza os braços. Mas isso aí é uma greve onde que os trabalhadores, os operários estão muito conscientes, muito organizados para fazer isso. Lá em João Monlevade eles fizeram isso. Tinha o dirigente sindical lá que chamava João Paulo Pires de Vasconcelos. Era técnico e ele se tornou Presidente lá. A primeira greve que eles fizeram lá em João Monlevade eles fizeram uma greve de fazer Piquete na porta da fábrica para não deixar operário entrar. Mas às vezes a maioria não está consciente da importância da greve. Já a segunda greve que eles fizeram lá, entraram todo mundo para dentro da fábrica, cruzou os braços, "não vamos trabalhar não". Que que faz ? Você vai forçar o cara e tal? Então nós chamamos ele para fazer uma palestra aqui para nós. Conversar com o pessoal e tal . Aí ele veio, lá no convento (Cesário, 2024).

O relato de José Maria Cesário indica que diante do clima de insatisfação nas fábricas, das greves que se espalhavam pelo país e do trabalho de base realizado junto aos operários, os militantes locais decidiram organizar uma assembleia com os metalúrgicos de Divinópolis. Realizada no Dia dos Pais de 1979, a reunião reuniu trabalhadores ainda pouco familiarizados com as dinâmicas de uma greve e buscou promover sua formação política e sindical a partir de experiências de outras regiões, especialmente a dos metalúrgicos de João Monlevade. Naquele contexto, sob a liderança de João Paulo Pires Vasconcelos, as mobilizações em João Monlevade já haviam alcançado maior nível de organização, passando dos piquetes nas portas das fábricas para paralisações no interior dos estabelecimentos. Para compartilhar essas experiências e fortalecer o movimento local, João Paulo foi convidado a ministrar a palestra.

Foi durante esse evento que os trabalhadores decidiram e votaram pelo início da greve. Segundo o relato de José Maria Cesário, imbuídos pelo entusiasmo do momento, os trabalhadores desceram até a porta da siderúrgica Siderúrgica Pains ainda naquela noite e durante a troca de turno, anunciaram o estado de greve. O movimento iniciado na Capela, teria duração de vinte dias e seria marcado tanto por episódios de repressão quanto por intensas manifestações de resistência por parte dos trabalhadores.

A imagem a seguir retrata a entrada da Capela Santa Cruz na década de 1970. Integrante do acervo pessoal de José Maria Cesário, não há indícios de que a fotografia seja do dia da palestra que culminou no início da greve de 1979. Contudo, ela revela a presença de um grupo de pessoas reunidas em frente à capela, evidenciando a centralidade daquele espaço como ponto de encontro e articulação coletiva.

Figura 2: Entrada da Capela de Santa Cruz durante a década de 1970.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário.

Conforme propõe Mauad (1996), a fotografia deve ser compreendida simultaneamente como imagem-documento e imagem-monumento. Não apenas registra um espaço físico existente no passado, mas também preserva vestígios das formas de sociabilidade e dos usos sociais atribuídos àquele lugar. Assim, a fotografia da Capela Santa Cruz permite observar indícios da centralidade daquele espaço nas práticas coletivas desenvolvidas em seu entorno. Durante a década de 1970, segundo apontam as fontes, a Capela Santa Cruz já se destacava como um importante espaço de sociabilidade e engajamento, acolhendo atividades estudantis, grupos de teatro, cineclubes e outras iniciativas. Localizada ao lado do convento dos franciscanos, integrava um ambiente mais amplo de circulação de trabalhadores, estudantes e militantes, constituindo um complexo de resistência em meio à ditadura militar. Nesse contexto, o espaço religioso, tradicionalmente associado à prática da fé, passou a adquirir novos significados, tornando-se também local de encontro, debate e articulação política.

Como observa Certeau (1998), as práticas cotidianas produzem “uma outra espacialidade”, distinta do espaço “geométrico” e planejado, uma vez que resulta de usos e operações que escapam à lógica institucional e revelam a dimensão simbólica do espaço vivido. Assim, a assembleia realizada na Capela Santa Cruz pode ser compreendida como uma forma de apropriação e reinvenção daquele ambiente: os trabalhadores utilizaram um espaço socialmente legitimado e simbolicamente protegido para promover um ato de contestação em um contexto

marcado pela vigilância e repressão estatal, convertendo o espaço religioso em território de resistência e politização.

Nesse sentido, é significativo observar que embora os franciscanos apoiassem diferentes movimentos sociais na cidade e cedessem seus espaços para reuniões, assembleias e atividades ligadas à mobilização operária, não há indícios de que tenham sofrido repressão direta durante o período analisado. Nos relatos dos entrevistados, os espaços vinculados aos franciscanos aparecem frequentemente como locais “protegidos”, percebidos como ambientes relativamente seguros diante do contexto repressivo da ditadura. Essa percepção ajuda a compreender por que muitas atividades relacionadas ao movimento grevista eram realizadas nesses espaços, que ofereciam não apenas estrutura material, mas também certa legitimidade simbólica e sensação de resguardo frente à vigilância estatal.

A posição da Diocese diante da greve

O apoio da Igreja Católica à greve de 1979 também se manifestou por meio da divulgação pública de uma mensagem defesa dos trabalhadores. O principal exemplo encontrado foi um manifesto publicado pelo jornal *A Semana*, em 25 de agosto daquele ano. Embora o jornal tenha feito poucas menções ao movimento grevista, essa publicação possui relevância por apresentar um posicionamento explícito de Dom José Costa Campos e do clero divinopolitano em favor dos trabalhadores. Essa mensagem, além de publicada no periódico, também teria sido distribuída aos paroquianos após uma missa de domingo, segundo consta em na edição do jornal *Diário do Oeste* de 22 de agosto de 1979. A circulação do manifesto para além das páginas do jornal evidencia a intenção de ampliar o alcance do posicionamento da Igreja junto à população local, utilizando os espaços religiosos e as práticas litúrgicas como meios de difusão de apoio à mobilização operária.

É importante destacar que o jornal *A Semana* foi fundado em 1943 pelos franciscanos e em seus primeiros anos, possuía caráter predominantemente religioso, funcionando como um periódico de circulação interna voltado à divulgação de horários de missas, trechos bíblicos e demais assuntos ligados à vida religiosa. Contudo, em 1946 o jornal ampliou sua circulação para toda a população divinopolitana, passando a abordar não apenas temas religiosos, mas também notícias gerais relacionadas à política e a acontecimentos locais, nacionais e internacionais (AZEVEDO, 2016). Dessa forma, o periódico consolidou-se como um importante veículo de informação e circulação de ideias em Divinópolis. Ainda no período analisado nesta pesquisa, em

1979, embora o jornal já tivesse passado por transformações em seu perfil editorial ao longo das décadas, ele permanecia sob propriedade dos franciscanos, aspecto fundamental para compreender o posicionamento assumido em relação ao movimento grevista.

Na mensagem publicada, o clero afirmava que “os problemas que envolvem a sociedade dizem respeito também à Igreja”, reconhecendo o direito dos operários à organização sindical e à greve, além de denunciar a insuficiência dos salários e as desigualdades sociais existentes no país. O texto fundamentava-se nas diretrizes do Concílio Vaticano II, bem como nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), aproximando-se das concepções da Teologia da Libertação e de sua defesa da opção preferencial pelos pobres. O manifesto articulava-se em três pontos centrais: o reconhecimento do direito à greve, a defesa de salários dignos para os trabalhadores e a denúncia da concentração de renda e da desigualdade social. Ao associar justiça social, fraternidade cristã e melhores condições de vida para os operários, o pronunciamento ultrapassava o campo estritamente religioso e assumia dimensão política e social em meio à ditadura militar.

Essa postura também deve ser compreendida no contexto das transformações internas da Diocese de Divinópolis e das mudanças mais amplas pelas quais passava a Igreja Católica brasileira nas décadas de 1960 e 1970. A chegada de Dom José Costa Campos ao episcopado, em maio de 1979, representou uma inflexão na orientação pastoral da Igreja local, aproximando-a das diretrizes renovadoras do Concílio Vaticano II e das conferências latino-americanas, que enfatizavam o compromisso da Igreja com os pobres, a justiça social e os movimentos populares. O posicionamento público da Diocese diante da mobilização operária expressava uma nova compreensão da missão eclesial, distanciando-se de perspectivas mais conservadoras e aproximando-se das práticas pastorais progressistas que se difundiam no país naquele contexto.

Conforme analisa Mainwaring (2004), a Igreja brasileira após o Concílio Vaticano II passou por profundas transformações, tornando-se amplamente progressista e destacando-se pela atuação em defesa dos direitos humanos e das classes populares durante o regime militar. Para o autor, o envolvimento político da Igreja estava diretamente relacionado à maneira como ela redefinia sua própria missão religiosa e sua relação com a sociedade, processo que favoreceu a aproximação entre setores eclesiais e movimentos sociais populares. Nesse sentido, a Igreja de Divinópolis acompanhava um movimento mais amplo de renovação católica e de emergência da

chamada “Igreja popular” ou “progressista”, marcada pelo compromisso com as classes trabalhadoras e pela defesa da justiça social.

A atuação de Dom José Costa Campos também despertou atenção dos órgãos de repressão da ditadura militar. Pesquisa realizada durante a elaboração deste trabalho no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), demonstraram que seu nome aparece em 11 registros de documentos produzidos pelos aparatos de vigilância do regime, sendo frequentemente identificado como integrante do chamado clero progressista. Nesse sentido, conforme observa Gomes (2004), setores da Igreja Católica comprometidos com pautas sociais e com a defesa dos direitos humanos passaram a ser monitorados e percebidos pela ditadura como potenciais focos de oposição política. Assim, a intervenção pública do bispado de Divinópolis, em um momento de tensão trabalhista e repressão política, não apenas legitimava moralmente a mobilização dos operários, mas também posicionava a instituição eclesial como mediadora ética diante do conflito, reafirmando a dimensão social da fé.

A mensagem do clero divinopolitano em apoio aos trabalhadores metalúrgicos deve ser compreendida, portanto, nesse quadro de inflexão institucional. Criada em 1958 e instalada em 1959, a Diocese de Divinópolis teve como primeiro bispo Dom Cristiano Frederico Portela de Araújo Pena, cuja atuação esteve vinculada a setores mais conservadores da Igreja, como evidencia sua participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em comemoração ao golpe militar de 1964 (VEIGA, 2022). O contraste entre os dois episcopados permite perceber, em escala local, as disputas e transformações internas do catolicismo brasileiro naquele período, expressando a heterogeneidade interior da própria instituição.

Redes de solidariedade e fundo de greve

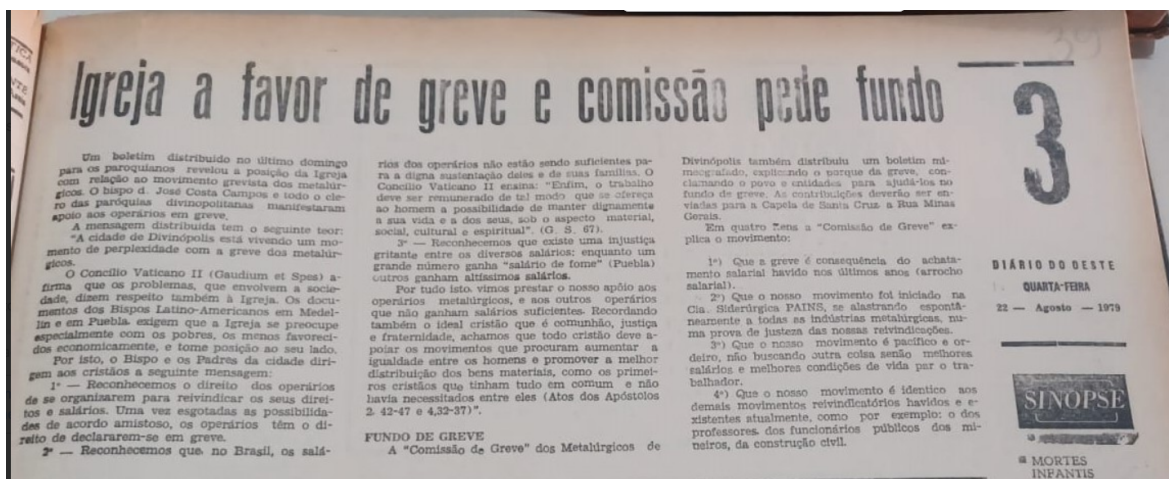
Para além da abertura de espaços e da divulgação de mensagem pública, os franciscanos também cederam o espaço da Capela de Santa Cruz durante os dias de paralisação para a arrecadação de doações destinadas aos trabalhadores. Essa mobilização de apoio material ocorreu em um contexto no qual as contas do sindicato dos metalúrgicos haviam sido bloqueadas, comprometendo a capacidade da entidade de oferecer assistência financeira aos grevistas. Diante disso, a organização de fundos e a distribuição de alimentos tornaram-se estratégias fundamentais para a sustentação do movimento.

Essa prática foi rememorada por José Maria Cesário em entrevista, evidenciando o papel ativo desempenhado por setores da Igreja no suporte material aos trabalhadores mobilizados:

A gente tinha muitas atividades, fazíamos muita coisa. Durante os dias de greve nós fizemos uma arrecadação de fundos para os metalúrgicos, porque os caras estavam sem receber. Nós fizemos um fundo de greve e nós distribuimos alimento para as pessoas lá na capela do convento. (CESÁRIO, 2024).

O relato de José Maria Cesário expressa uma construção memorial que valoriza a ação coletiva e o engajamento dos sujeitos envolvidos. A ênfase na solidariedade e na ajuda mútua pode ser lida tanto como um registro das práticas efetivamente realizadas quanto como uma forma de atribuir sentido e legitimidade à experiência vivida, reforçando a imagem da greve como um movimento sustentado por redes de apoio e cooperação. Essa atividade também foi registrada pelo jornal *Diário do Oeste*, em publicação de 22 de agosto de 1979. No texto, o periódico inicialmente fez referência à nota do bispo divulgada em *A Semana*, inclusive reproduzindo seu conteúdo. Em seguida, mencionou a solicitação de contribuições para o fundo de greve por parte da comissão de trabalhadores, evidenciando não apenas a circulação pública do posicionamento da Igreja, mas também a articulação concreta de mecanismos de apoio material à mobilização.

Figura 3: Igreja a favor da greve e comissão pede fundo.



Fonte: *Diário do Oeste*, 22 de agosto de 1979.

Além de ser registrada por meio da memória e da imprensa, a arrecadação de fundos e a distribuição de alimentos durante a greve também foram documentadas em fotografias, posteriormente adquiridas por José Maria Cesário. Na imagem a seguir, é possível observar trabalhadores manuseando alimentos, em um ato que evidencia a organização coletiva necessária à manutenção do movimento grevista.

Figura 4: Distribuição de alimentos do fundo de greve a trabalhadores metalúrgicos na Capela Santa Cruz, em Divinópolis, durante a greve de 1979.



Fonte: acervo pessoal de José Maria Cesário.

Como destaca Mauad (1996), a fotografia não constitui mera reprodução da realidade, mas resultado de uma construção social de sentidos. Assim, a imagem da distribuição de alimentos não apenas comprova a existência do fundo de greve, mas permite visualizar formas concretas de solidariedade e organização coletiva que sustentaram a mobilização operária. A fotografia torna visíveis práticas que aparecem de forma distinta na memória oral e nos registros da imprensa, possibilitando o cruzamento entre diferentes dimensões da experiência histórica.

A análise conjunta do relato de José Maria Cesário, da notícia publicada no *Diário do Oeste* e das fotografias da distribuição de alimentos permite apreender a centralidade do fundo de greve como estratégia de sustentação material e simbólica da mobilização. Enquanto a memória de José Maria Cesário enfatiza o caráter intenso e solidário das ações, a imprensa registra essa prática em sua dimensão pública, evidenciando a circulação de apelos por contribuições e a visibilidade social do movimento. As imagens, por sua vez, conferem materialidade a essas narrativas, ao revelar o trabalho concreto envolvido na organização e na partilha dos alimentos, bem como o engajamento coletivo dos sujeitos.

Nesse cruzamento de fontes, torna-se possível perceber não apenas a existência de redes de apoio aos grevistas, mas também as formas como elas foram construídas, vivenciadas e posteriormente rememoradas. Nesse sentido, conforme observa Halbwachs (1990), a memória

individual é constantemente reconstruída a partir dos quadros sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, o relato de José Maria Cesário não apenas recupera experiências vividas durante a greve, mas também expressa uma memória coletiva marcada pela valorização da solidariedade, da cooperação e do engajamento político construídos em torno da mobilização operária.

Considerações finais

A análise das fontes durante esta pesquisa permitiu identificar diferentes formas de apoio da Igreja Católica, especialmente dos franciscanos, à greve dos metalúrgicos de Divinópolis em 1979. A abertura de espaços religiosos para reuniões e assembleias, a divulgação pública de mensagens favoráveis aos trabalhadores e a organização de arrecadações e fundos de greve demonstram que parte da Igreja local assumiu papel ativo na sustentação material, simbólica e política da mobilização operária.

Essas práticas devem ser compreendidas no contexto das transformações vividas pela Igreja Católica brasileira nas décadas de 1960 e 1970, marcadas pela aproximação com os setores populares e pelo fortalecimento de perspectivas pastorais progressistas. Em Divinópolis, esse processo manifestou-se tanto na atuação dos franciscanos quanto no posicionamento público da Diocese diante da greve, evidenciando a inserção da Igreja local nas disputas sociais e políticas do período. Nesse contexto, “a Igreja continuou sendo um espaço onde a discussão política era possível”, mesmo em um cenário no qual outras formas de contestação eram constantemente reprimidas (Gomes, 2014, p. 195). A utilização de espaços religiosos para reuniões, assembleias e articulações ligadas ao movimento operário revela justamente essa dimensão da Igreja como espaço de sociabilidade, debate e resistência durante os anos finais da ditadura.

Ao articular entrevistas, imprensa e fotografias, este trabalho também buscou evidenciar as múltiplas formas pelas quais a experiência da greve foi vivenciada, registrada e posteriormente rememorada. Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão das formas de resistência à ditadura militar no interior de Minas Gerais, destacando o papel das redes de solidariedade, dos espaços religiosos e das experiências coletivas na sustentação das mobilizações operárias do período.

Fontes:

Igreja a favor da greve e comissão pede fundo. *Diário do Oeste*, 22 de agosto de 1979.

Greve dos metalúrgicos. *Jornal A Semana*, Divinópolis, ano XXXVII, n. 33, p. 1, 25 ago. 1979.

CESÁRIO, José Maria. [Entrevista concedida a] Denise Souza e Larissa Veiga. 10 de maio de 2024.

Imagens: acervo pessoal de José Maria Cesário

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. L. C; SANTANA, M. A. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 128-141.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de [et al]. Imprensa e História: *Jornal A Semana* e a história social de Divinópolis – 1943 a 1965. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de [et al]. **História e Memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016, p. 190 – 201.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

SOUZA, Renato João de. A ditadura militar em Divinópolis, diferentes olhares, diferentes sujeitos. In: AZEVEDO, F. L. M; SOARES, I. E. S; PIRES, J. R. F; FERREIRA, J. H; ARRUDA, L. M. S. (orgs). **História e Memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016, p. 19- 35.

VEIGA, Larissa Virgínia. **Ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais: memórias, trajetórias e resistências**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei, 2022.

Transição sob tensão: greves e a interpretação do conflito na redemocratização brasileira

Gabriel Pereira Nascimento

Doutorando em História

UFMG, Bolsista CNPq

gpnascimento47@gmail.com

Resumo: A redemocratização brasileira é frequentemente interpretada a partir da noção de “transição”, tomada como categoria relativamente estável de descrição do período. Este trabalho parte do pressuposto de que tal categoria não constitui uma denominação neutra, mas uma forma de interpretação que organiza o sentido da mudança política. O objetivo dessa reflexão é analisar como a noção de “transição” é mobilizada no discurso da imprensa para interpretar o conflito social, tomando as greves dos metalúrgicos do ABCD (1978-1980) como momento de tensão a partir das páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Busca-se compreender de que modo a linguagem da “transição”, ao privilegiar a ideia de negociação e continuidade, entrou em confronto com formas de ação coletiva marcadas por ruptura. Do ponto de vista teórico, o trabalho fundamenta-se na história dos conceitos de Reinhart Koselleck, entendendo os conceitos políticos como categorias historicamente situadas que estruturam a experiência e a expectativa. Em diálogo crítico com a literatura sobre transições políticas, propõe-se deslocar o foco da descrição dos processos para a análise das categorias que os tornam inteligíveis. A comunicação analisa editoriais e reportagens da grande imprensa produzidos no contexto das greves, buscando identificar como a ação dos trabalhadores é interpretada no interior dessa linguagem. Argumenta-se que o discurso jornalístico tende a enquadrar o conflito como elemento de risco ao processo político, reconfigurando-o no registro da ameaça à ordem. O trabalho não busca avaliar a recepção desses discursos, mas analisar as formas pelas quais eles constroem interpretações possíveis sobre o conflito social no contexto da redemocratização.

Palavras-chave: Transição; Greves operárias; Memória; Imprensa.

A reflexão sobre a validade da análise dos conceitos na historiografia já produziu muitos trabalhos que dialogam a relação do conceito como representação e experiência ao mesmo tempo de uma determinada realidade histórica. Um conceito formulado e aplicado ao debate historiográfico também abarca a forma do tempo que é moldado o próprio conceito. Em suma, um conceito contribui não apenas para explicar um determinado contexto, mas também para construí-lo.

Partindo desse pressuposto, esta reflexão visa trabalhar com a mobilização do conceito de “Transição” durante a fase final da ditadura militar brasileira. O problema surgiu na análise dos primeiros textos explicativos sobre a realidade brasileira num contexto de fins dos anos de 1970 e

início dos anos de 1980. Nesse sentido, a transição aqui é entendida entre os anos de 1979 a 1988. Importante ressaltar que a utilização dessa periodização não está isenta de dissensos na própria historiografia e nos estudos da chamada transitologia e nem de uma problematização que questione as próprias balizas de demarcação desse tempo histórico, principalmente no que diz respeito ao caso brasileiro.

A análise aqui exposta faz parte de uma pesquisa ampliada sobre as relações entre um jornal da chamada Grande Imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo*, a partir de 1979 até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entende-se aqui que esse intervalo comporta as diversas disputas e elaborações teórico-legais que fundamentaram a democracia brasileira. A transição brasileira nesse trabalho se inicia a partir da extinção do AI-5 e se finda formalmente com a promulgação de uma nova constituição para o país. É um período relevante para análise da imprensa porque também com o fim do AI-5 houve a extinção formal da censura, o que permitiu com que a imprensa - e a mídia no geral - articulasse suas posições político-ideológicas sem restrições legais.

Diversos autores apontam para o fato de que a passagem do regime ditatorial para a democracia no Brasil dos anos de 1980, teria sido obra de uma transição negociada, principalmente pelas chamadas “elites políticas” (Napolitano, 2015; Hollanda, Perlatto 2017; Motta, 2021). Os jornais da chamada “Grande Imprensa” como no caso de *O Estado de S. Paulo*, também são partes integrantes dessas “elites políticas” e interessadas na formação da opinião pública a respeito de temas que englobam a organização da sociedade civil (Marques etc et al, 2017). Neste caso, pretende-se averiguar como os editoriais desse jornal se exprimiam a respeito principalmente das greves operárias como uma questão fundamental, mas apagada, do processo da chamada transição brasileira.

Partindo da hipótese que se a transição brasileira para a democracia foi negociada predominantemente pelas elites político-econômicas, considera-se que a Grande Imprensa desempenhou um papel significativo, tanto no que diz respeito de construção de uma retórica da transição, quanto na formação de uma cultura política específica que incorporava os aspectos autoritários no novo regime democrático. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, essa atuação contribuiu para moldar as expectativas e as normas políticas emergentes, dialogando com padrões que impactaram profundamente a dinâmica política e social do país e a memória a respeito do período.

Considerando a conciliação como traço importante da cultura brasileira e de que o momento de mudança entre ditadura e democracia tenha sido obra de acordos, cabe investigar como se deu essa negociação através da imprensa, a partir dos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, que tinha como característica o posicionamento sobre questões relacionadas ao modelo de Estado brasileiro e que pretendia desenvolver uma visão hegemônica sobre o que configuraria um Estado democrático. Nesse sentido, mais do que simplesmente averiguar o grau de influência dos *media* na opinião pública, é fundamental compreender a tipologia dos discursos produzidos por um periódico, que não sem contradições e disputas, representou grupos e interesses específicos. Além disso, esses estudos não devem negligenciar os aspectos de análise das instituições desse tipo como um todo, apontando também o funcionamento e a construção de influências que um periódico pode apresentar (Jeanneney, 2003, p. 220).

No caso específico d’*O Estado de S. Paulo*, essas questões são fundamentais para entender as posturas de apoio, resistência e negociação que o jornal manifestou em relação a ditadura no processo de democratização do Estado brasileiro e na definição de traços de uma cultura política que engendrou a passagem da ditadura para a democracia e fundamentou as bases deste sistema político no Brasil.

“Um conceito histórico é tão material quanto um processo produtivo, por isso não pode ser tratado apenas como representação” (ARAÚJO, 2008, p. 48). A aplicação conceitual no Brasil também se relaciona com o desenvolvimento do conceito de “transição” no período, utilizado como ferramenta de análise, mas também com sentido político que de certa forma efetivava uma narrativa teleológica e progressista de processos ibéricos e latino-americanos diversos. Consequentemente, essa narrativa também de certa forma endossava o discurso oficial que passou a também circular na academia e na imprensa como sinônimos ou etapas de um mesmo processo, elaboradas a partir de definições, como: distensão, abertura e transição.

As teorias consideradas clássicas na Ciência Política a respeito dos estudos sobre a transição brasileira tendem a afirmar que este processo teria sido baseado em acordos e arranjos institucionais promovidos pelas elites empresariais e militares (Tribess, 2014). Sem buscar uma análise esmiuçada desses trabalhos, a questão que vale ressaltar é que de certa forma essa etapização e escolha dos principais grupos que organizaram o processo apesar de apontar para a ação das elites político-militares contribuem para um certo silenciamento promovido à época por outros autores, em destaque aqui a imprensa, das mobilizações populares fundamentais que

ocorreram e tensionaram o processo transitório.

Nesse sentido, cabe a essa pesquisa investigar os vestígios desses acordos e pressões exercidas por grupos civis e militares a partir de uma fonte oriunda da imprensa. Os periódicos adquirem um destaque nesse processo, por exercerem uma dupla função, na medida em que seus textos advogam para os interesses de seus proprietários, mas também funcionam como ponte de ligação entre as aspirações dos mandatários do poder e a sociedade civil. Ademais, há outros problemas relativo ao argumento, por exemplo a separação entre “linha dura” e um grupo “brando” para separar os militares e explicar suas ações e disputas internas do processo transitório.

A negociação e a fuga dos radicalismos ou revanchismos, também pode ser configurada como uma estratégia que visou deslegitimar socialmente as ações de grupos populares que não pertenciam ao pacto das elites. Esse é um discurso que vai aparecer em diversas oportunidades, e principalmente, no que diz respeito ao tratamento das greves e manifestações populares a partir da análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Um dos pontos importantes da investigação se relaciona com o uso do argumento conciliatório por parte de OESP a respeito de temas que produziram disputas acirradas na sociedade brasileira, muitas das quais ainda não foram solucionadas. Um efeito direto dessa postura apaziguadora se deu com os limites evidentes de apuração e julgamento dos crimes da ditadura e de um esquecimento seletivo no qual se inscreve as ações da grande imprensa no período. O “silêncio oficial” contribuiu para a construção de uma “memória positiva” da ditadura principalmente a partir do Governo Geisel (Napolitano, 2014). A grande imprensa em geral, se organizou em apoio aos militares sempre que as vozes de esquerda ousaram promover suas reivindicações. Então, a questão que fica é: Como a grande imprensa, ao se colocar como ‘defensora da democracia’, operou para excluir setores populares do ‘pacto de transição’?

A hipótese é que a imprensa operou, nesse caso e em outros momentos cruciais da transição, como um “tribunal moral” contribuindo para reformular a questão do próprio tempo histórico, no que podemos tratar como a descrição de um regime de historicidade. O regime de historicidade, aqui para retomar os textos de François Hartog, como: “uma maneira de engrenar passado, presente e futuro” (Hartog, 2013, p. 11). Ou seja, a ideia do tempo histórico como uma construção cultural. A simultaneidade dos tempos históricos a partir de fins dos anos 1970 produziu uma explicação, acadêmica e nos meios de comunicação, que ressignificou o próprio

regime militar como crise e a “transição democrática” como um futuro permeado por expectativas e pautado por uma reorganização do passado naquele presente.

Nesse sentido é que os jornais, como *O Estado de S. Paulo*, além de outras instituições que naquele momento se reconheciam como oposição à ditadura, operaram na ideia de “tribunal moral” nessa fase da ditadura, transformando o discurso jornalístico de opinião como notícia, definindo o que era adequado ou não no processo, se colocando como uma força exterior à política e buscando pautar de forma valorativa e moral as iniciativas dos militares e das oposições.

Essa reflexão dialoga com os estudos de Reinhart Koselleck. O autor também dialoga com a construção do tempo nas sociedades contemporâneas. A ideia de que as sociedades burguesas, pós Revolução Francesa, teriam se estruturado a base sócio-temporal do mundo ocidental baseado em uma lógica do progresso onde o futuro “utópico”, desenvolvido através da própria crise dos Sistema Absolutista vigente até então, representaria a superação dos problemas sociais. Dito de outra forma, o que nos interessa aqui é o argumento desenvolvido pelo autor de que, uma sociedade construída através de uma crítica política, que se apresentou como “fora da política” e baseada apenas na Razão, operou como tentativa moral de transformar o Estado como instrumento de realização da utopia (Koselleck, 1999, p. 72).

O "republicanismo" foi, portanto, um conceito de movimento, que no espaço da ação política permitiu realizar aquilo que o "progresso" prometeu cumprir na história como um todo. O antigo conceito da "república", que chamava a atenção para uma situação, se transformava em *telos*, em objetivo, ao mesmo tempo que — com auxílio do sufixo "ismo" — se temporalizava em um conceito de movimento. Servia para antecipar teoricamente o movimento histórico e influenciá-lo praticamente (Koselleck, 2006, p. 325).

Seguindo nessa abordagem, o que a Grande Imprensa desenvolveu nesse período foi uma ressignificação do “espaço de experiência” dos operários nas greves do ABCD (1978 - 1980) por exemplo silenciando e julgando as reivindicações dos trabalhadores em nome de um possível “horizonte de expectativa” democrático, controlado pelas elites políticas do quais os principais periódicos que circulavam nesse momento eram também integrantes. Além disso, o tempo da “transição” foi mobilizado de forma conceitual para representar a realidade daquele momento como um “conceito de movimento”, ou seja, para atuar e influenciar o próprio tempo histórico. Evidentemente, não se pode explicar o processo transitório apenas pelas narrativas desenvolvidas por esses periódicos, pois seria de fato aceitar a ideia de que os jornais ou outros grupos das elites políticas deveriam conduzido de forma linear e progressiva o fim da ditadura e a construção de um Estado de Direito democrático.

Reconhece-se aqui a importância fundamental de movimentos contra-hegemônicos, a questão que fica e se relaciona com essa ideia de mobilização temporal e conceitual do período, é de compreender como esse processo de “transição” teria sido balizado à época pelos jornais na tentativa de construir ou mobilizar opinião pública nacional e como essas narrativas dialogam com os estudos desenvolvidos nas décadas de 1980 e que repercutiram na historiografia e na memória do período.

A própria ideia de disputa entre “linha-dura” e “moderados” para se referir as disputas dentro das Forças Armadas como marco da transição brasileira conforme apresentado na obra, por um lado contribui para uma ‘memória positiva’ de presidentes que representam a continuidade e não uma ruptura do autoritarismo, como Geisel e Figueiredo, por outro lado, também reforça uma ideia naquele momento de que as oposições deveriam ser moderadas.

Por exemplo, o processo das greves operárias e da manifestação de trabalhadores foi questionado pela Grande Imprensa, mas também mesmo pela imprensa alternativa de esquerda. Bernardo Kucinski, vai chamar a atenção para o fato de que o jornal *Movimento* também não reconheceu na organização operária o centro das oposições pelo seu formato orgânico e, inicialmente, não diretamente associado a um projeto político-ideológico (Kucinski, 2018).

O *Estado de S. Paulo* especificamente é um periódico com uma postura histórica sobre o tratamento às greves e manifestações dos trabalhadores em outros momentos históricos. Primeiro, é importante compreender a posição do jornal e sua função social específica, onde o *Estadão* se apresentou desde o início como “órgão modelador da opinião pública (Capelato; Prado, 1980). A própria noção de um periódico como idealizador de um projeto nacional de certa forma reflete um comportamento da modernidade e da crítica como forma de construção social e de atuação no espaço público da sociedade civil. No entanto, ao utilizar os termos de “opinião pública” ou “consciência nacional” o periódico se portou muitas vezes como a vanguarda do pensamento social, sem relevar o seu caráter empresarial e privado e de que suas propostas tinham um uma relação moral de lidar com a política. Além disso, naquele contexto de início do século XX se colocou como um periódico de oposição às “velhas oligarquias” estaduais que comandavam o Estado brasileiro da primeira experiência republicana. Assim, a análise de um único jornal certamente não representa todas as mobilizações e todos os grupos das chamadas “elites”, mas pode ser de grande utilidade para a análise de pelo menos um setor desses grupos.

As greves do início do século XX, em especial os movimentos de 1906, 1907 e 1912 são

significativos na postura do jornal. Naquele contexto, se inicialmente a atuação do jornal chegou a ser considerada, reformista e tolerante, em contraposição a outros movimentos e setores das elites, rapidamente essa postura se modificou e passou-se a questionar a legitimidade do movimento - acusando os grevistas de violarem o direito do trabalho - e responsabilizando o que chamou de “minorias radicais”, pautada por pequenos grupos que comprometiam toda a sociedade. (Capelato; Prado, 1980). Inclusive nesses episódios, o jornal reiterou a ação repressiva do governo aos trabalhadores e poupou críticas a ilegalidades cometidas pelo Estado, desenvolvendo um apoio ao “direito do trabalho” em contraposição a um “direito de greve”. Apesar da própria elaboração ideológica do jornal e de terceiros, o jornal historicamente mobilizou a alcunha de “liberal” para justificar suas críticas, mas também para deslegitimar certos movimentos.

Isso não só reflete no teor da crítica apresentada pelo jornal, mas também na diagramação e sobre o espaço destinado aos movimentos grevistas que no início do século eram restritos às reportagens, com raras exceções de menções nas primeiras páginas e também nos editoriais que também reflete uma maneira de conduzir racionalmente o debate do campo da notícia, do ato, da manifestação e não das bases intelectuais da proposta, ou seja, que explique as pautas dos trabalhadores.

No que se refere às greves situadas no contexto aqui estudado, o jornal discute e mobiliza a opinião dos editoriais na reflexão e combate aos movimentos grevistas do ABCD paulista (1978 - 1980), mas também de diversos outros movimentos grevistas ligadas a setores do funcionalismo público, da iniciativa privada e mesmo dos próprios jornalistas.

O uso dos termos “radicalismo” ou “revanchismo” para se referir geralmente às posturas das oposições no que tange às manifestações populares e pressões sobre os crimes ou sobre a ditadura apareceu nos editoriais e páginas alisadas no jornal de uma forma quase sempre relacionada. Isso não se limitou às greves, mas essa temática recebeu atenção especial. Prática recorrente, mas que ainda revela novas questões. O ano de 1979 é significativo, por um lado por estabelecer uma força da organização trabalhistas nas greves e por outro lado é, para a imprensa, um momento de fim da censura, onde forças com construção e objetivos opostos passaram a reivindicar suas posições. Os jornais, nesse momento, ao contrário do contexto das greves do início do século XX passaram a elaborar posições a respeito do movimento em seus editoriais e de certa forma, conduzir para o campo da ideologia, questões que surgiam do campo econômico.

Diante do arrocho salarial, crise de petróleo e a inflação mais alta da ditadura até aquele momento, os trabalhadores eram geralmente acusados de desordem e suas reivindicações deslegitimadas pelo jornal. O *Estadão* se colocou a favor dos patrões e contra os atos dos trabalhadores, reivindicando a atuação da repressão e legislação autoritária, defendendo inclusive sua legalidade constitucional e utilizando termos que clamavam por “responsabilidade” aos trabalhadores e relação direta sob responsabilidade do movimento grevista e a ruptura do processo de “transição”. Basicamente, o jornal passa a se referir como se o movimento grevista pudesse ser o entrave para a efetiva construção do Estado democrático de Direito no Brasil, então caberia no momento o silêncio de outras pautas que poderiam ser mal vistas pela ditadura e, conseqüentemente, não seria adiado o advento do Estado democrático de Direito.

No simbólico 1º de maio de 1980, depois dos trabalhadores terem se mostrado uma força importante, o *Estadão* publicou um editorial que revela uma continuidade desse discurso, que visou silenciar a experiência dos trabalhadores em função de um horizonte democrático que se apresentaria e que, de certa forma, deveria representar o novo, mas sem grandes alterações na velha estrutura social. Nesse editorial, publicado na data simbólica do comício em São Bernardo sem as principais lideranças presas pela ditadura e outrora atacadas como as responsáveis pelo conflito:

Há que se voltar ao mesmo assunto, principalmente por ser hoje 1º de Maio, pois é da decisão da greve dos metalúrgicos do ABCD que dependerá, disso estamos certos, o futuro da democracia no Brasil. A gravidade da situação salta aos olhos de todos, medida, exatamente, pela ponderação com que as oposições vêm conduzindo sua participação [...] **Persistir na greve, hoje, é fazer o jogo dos que pensam antes de tudo em si, e nunca nos trabalhadores**” (Deve Prevaler a Razão, O Estado de S. Paulo, 01 mai. 1980, p. 3).

Nesse caso, além de mobilizar outras questões como ‘pacificação da família brasileira’ e conciliação de conflitos, o jornal atua como um “juíz”, se colocando acima do conflito em defesa de uma ordem que também de certa forma moraliza a greve invertendo a culpa, pois se a repressão viesse ou algo dificultasse a democracia, vista como ‘concessão’, a culpa seria da manifestação operária. Além de definir uma posição sobre o que era ou legítimo na luta ou na disputa entre Estado e sociedade civil, o jornal atua para questionar a agência dos operários baseada em uma experiência real de opressão após sucessivas crises econômicas e arrocho nas condições de trabalho que vinculam necessidades importantes ignoradas pelas elites empresariais e políticas, como o *Estadão*. As relações construídas pelos indivíduos enquanto vivem sua

realidade em sua manifestação de classe deveriam, para o jornal, ser suprimidas em torno de um bem comum ao contrário do fim da censura, que passou a ser reivindicado como vitória democrática.

A existência de uma “cultura política” implica um imaginário de representações que comportam uma comunidade nacional. No caso brasileiro, isso está vinculado a temas de conciliação/acomodação e negação de conflitos historicamente bem pontuados. Seriam estratégias de grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis e evitar rupturas revolucionárias (Motta, 2018). A Independência como grande exemplo dessa ação, onde teria prevalecido um grande acordo, que ajudou a manter estruturas sociais intocadas, especialmente a escravidão apesar das mudanças políticas.

No caso da análise do movimento grevista, a preservação da ordem foi retomada pelo jornal a partir de usos históricos que evitam os ‘radicalismos’ ou o ‘conflito’ de forma a tornar um Estado democrático formal baseado em alguns direitos (liberdade de expressão e direito de propriedade), mas sem alterar a estrutura social e se isso refletiu na formação do Estado democrático pós-85. No entanto, o jornal demonstra a contrapelo que houve uma resistência e mobilização popular não prevista por essas elites que de certa forma também movimentou a construção desse período.

Sendo assim, um ponto fundamental que surge da análise do movimento operário é a força e disputa entre projetos de democracia distintos, de um lado no jornal a democracia formal de retomada de alguns direitos políticos e sociais e do outro a democracia orgânica das ruas desenvolvida através das condições materiais de existência e combatida avidamente pelos discursos das elites, inclusive reiterando a atuação repressiva do regime nesses momentos e a legalidade da legislação autoritária. Em síntese, é fundamental compreender essa ‘retórica da transição’, principalmente através da mídia que nos anos 1980 interpretou os significados de democracia, inclusive sua própria atuação na ditadura como “resistência democrática”, silenciando vozes dissonantes que à época contribuíram de forma potente para a construção da Nova República, mas que foram apagadas da memória oficial e reinterpretadas a partir de uma forma de governo que mantivesse as estruturas sociais intactas.

Ao observar o conjunto de editoriais analisados e também a dinâmica do jornal no período, o que emerge é uma memória discursiva da transição: um modo de falar sobre democracia e sobre a ditadura que ainda ecoa no presente.

Referências

- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"** São Paulo: Alfa Omega, 1980.
- DE ARAÚJO, Valdeci Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, n. 7, p. 47-55, 2008.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a lei da anistia diante das comissões da verdade. In: ARAÚJO, Maria Paula; PINTO, António Costa (Orgs.). **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Rio de Janeiro, p. 16-40, 2017.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 213-230.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa**. São Paulo: Edusp, 2018.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil et al. O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em Comunicação**, v. 25, n. 1, p. 53-78, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.
- TRIBESS, Camila. Ditadura e democracia: um apanhado teórico sobre a transição democrática no Brasil. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvina (Orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre, p. 171-190, 2014.

Negacionismo e seletividade na memória japonesa das “Mulheres de Conforto”

Keilla Kaori Watanabe

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

CNPq

keilla.watanabe@unesp.br

Resumo: Diante do conceito de memória coletiva formulado por Maurice Halbwachs, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações japonesas sobre o sistema de escravidão sexual de mulheres instituído durante a Guerra do Pacífico (1941-1945), conhecido como “mulheres de conforto”. Por meio de uma breve contextualização histórica inicial, o aparato metodológico adotado examina a complexa relação entre memória e esquecimento, buscando discutir acerca da legitimação ou justificativa da violência perpetrada no período. Nesse sentido, o estudo articula a construção e a contestação da memória em diferentes agendas políticas, com a hipótese de que esse episódio evidencia a necessidade do diálogo perante o negacionismo histórico ao passo que também oferece perspectivas sobre as questões de responsabilidade na narrativa propagada pelo Japão no pós-guerra. Como resultado, pretende-se ampliar a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica.

Palavras-chave: Políticas de memória; Nacionalismo japonês; Negacionismo histórico.

Contextualizando a questão das “mulheres de conforto”

Durante as décadas de 1930 e 1940, reconhecidas na primeira fase da “Era dos Extremos”, o Japão expansionista invadiu a Manchúria, deixou a Liga das Nações, declarou guerra à China, assinou o Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, e posteriormente, desferiu um ataque surpresa na base naval de Pearl Harbor, além de agredir outros territórios (HOBBSAWM, 1995). Nesse período, o patriotismo se tornou uma palavra-chave no discurso público do Japão: o patriotismo significava morrer pela política nacional personificada pelo imperador, estabelecendo uma relação de proximidade e fidelidade ao Estado japonês (SHOGIMEN, 2010).

Como parte de uma série de eventos que se alongam desde o Japão pós-Era Meiji, com a ruptura de sua política isolacionista e a criação da Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental, a Guerra do Pacífico marcou não somente a oposição quanto aos Estados Unidos,

como também o colapso dos esforços após a Primeira Guerra Mundial no tocante à promoção da paz por meio da cooperação internacional. Por meio da agressão territorial japonesa,

Na medida em que muitos documentos militares e governamentais foram destruídos no final da guerra, a necessidade do governo japonês em confrontar o passado de sua nação a respeito de um posicionamento sobre o assunto conduziu desdobramentos acerca da construção da memória oficial. Como exemplo, o debate sobre a violência sexual contra mulheres e meninas praticada pelas Forças Armadas imperiais, que embora não tenha sido inédita em sua natureza, foi inédita em sua escala, já que o sofrimento causado continua a afligir suas vítimas e suas famílias ainda hoje (MORRIS-SUZUKI, 2014).

No que diz respeito ao Japão em tempos de guerra, tal impasse relacionado à história das chamadas “mulheres de conforto” manifesta o exercício na luta política entre o apagamento e a invisibilidade nas agressões perpetradas pelos soldados do Exército Imperial japonês contra as demais nações asiáticas na época. Uma vez que o fim do conflito não significou o fim do sistema de escravidão sexual instituído pelo governo do Japão, já que a mesma política também foi implementada em relação às forças de ocupação, o debate frente à exclusão e à ignorância perante essas mulheres na memória história acende a gravidade dessa questão sem consequências históricas, (SEIYA, 2017).

O termo eufemístico “mulheres de conforto”, ou “ianfu” em japonês, refere-se a jovens mulheres e meninas que foram forçadas a prestar serviços sexuais ao Império Militar Japonês nos chamados “postos de conforto”, ou “ianjo”, durante a Guerra do Pacífico (1931-1945). (TSUKAMOTO, 2018, p. 2)

Dessa forma, Soh (2008) explica que as definições superficiais usadas para representar simbolicamente quem foram essas mulheres dominaram o passado, principalmente por pessoas que não eram as próprias mulheres, oferecendo uma descrição enganosa e reducionista, o que pode minimizar a percepção de vitimização. A exemplo disso, o “recrutamento” ou a “convocação” para se tornarem “mulheres de conforto” consistia na utilização de falsas promessas de empregos dignos e bem remunerados para trabalhar em fábricas de peças de aviões e de navios de guerra, além da coerção e do rapto (TANAKA, 2002).

Ainda que o número exato de mulheres vitimadas seja desconhecido devido a muitos documentos oficiais terem sido destruídos ou ocultados pelo Quartel General do Japão ao final da guerra, por volta de 200.000 mulheres, em sua maioria coreanas, mas também birmanesas, chinesas, holandesas, indianas, indonésias, japonesas, filipinas, taiwanesas, vietnamitas e oriundas

das Ilhas do Pacífico foram sequestradas e escravizadas sexualmente pelo Exército Imperial (OGAWA, 2000). Ao passo que cada vez mais territórios eram ocupados pelo Exército japonês, a quantidade de campos militares de escravidão sexual também crescia progressivamente como medida de segurança garantida pela autoridade para a prevenção de doenças venéreas (TANAKA, 2020).

Nesse cenário, a legitimação e a justificativa do sistema de escravização sexual de mulheres para o fortalecimento do nacionalismo japonês demonstra como as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações japonesas, cujas tendências negligenciam a soberania das mulheres (NORMA, 2016). Destaca-se a o diálogo e a contestação da memória por razões de conveniência política, com a hipótese de que esse episódio evidencia a necessidade do diálogo diante do negacionismo histórico, oferecendo perspectivas sobre as questões de responsabilidade na narrativa propagada pelo Japão para ampliar a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica.

Assim, nessa perspectiva, o artigo pretende investigar a construção e a contestação da memória em meio ao revisionismo e à omissão na agenda política japonesa. Através de uma metodologia de abordagem qualitativa, com base em autores como Chang (1997), Morris-Suzuki (2001) e Tanaka (2020), a análise de interpretações sobre o tema desde o estabelecimento de um panorama histórico possibilita discutir visões alternativas, já que a historiografia da época tendia a ser influenciada pelo contexto de controle militar, buscando justificativa para as práticas imperialistas do Japão.

Como resultado de um levantamento bibliográfico que se encontra em andamento para a pesquisa de dissertação, o presente trabalho analisa o negacionismo e a seletividade na historiografia japonesa e seus processos históricos no panorama da Guerra do Pacífico (1941-1945), mobilizando conceitos de memória, nacionalismo e apagamento histórico. Para isso, a revisão de literatura sobre o tema, aliada à análise do material estudado, compreende as instituições e as autoridades enquanto ferramentas de legitimação histórica, salientando a relevância destas no tratamento e gestão documental, e por conseguinte, na produção acadêmica e científica com demandas de pesquisa.

Por mais que contestar o discurso paradigmático abra portas para que a história dessas mulheres seja manipulada por determinados grupos ou ainda tenha aspectos selecionados retirados de contexto para promover suas posições partidárias, a vitimização colonial dessas

mulheres sob o domínio japonês constitui um testemunho dos valores sociais, contrapondo o discernimento da violação das mulheres como crime, e o alistamento militar como honroso (SOH, 2008). Em particular, os grupos neonacionalistas têm procurado ativamente inconsistências nas histórias dessas mulheres com a intenção de desacreditar sua própria existência (NORMA, 2016).

Nessa conjuntura, o referencial teórico articula bibliografias sobre o que já existe referente à violência sexual em conflito armado, memória e cultura política, debatendo sobre as memórias conflitantes e as heranças contemporâneas do Japão Imperial. Em suma, discute-se nas seções seguintes em relação à preservação da história dos soldados imperiais e do Estado japonês na sociedade japonesa do pós-guerra, bem como suas dimensões culturais, educacionais e sociais.

A política do trauma: entre o revisionismo histórico e a centralidade da narrativa

Ao analisar como não só a Guerra do Pacífico, mas todas as guerras afetam as mulheres, o caso das “mulheres de conforto” pode fornecer fundamentos acadêmicos e intelectuais para o reconhecimento de sua plena importância como parte de um padrão mais amplo, que por sua vez, contribui para o estabelecimento e a manutenção da paz a (TANAKA, 2020). Aqui procuramos decifrar, mesmo que de forma preliminar, a questão das “mulheres de conforto” e como ela emergiu no debate sobre a construção da nacionalidade japonesa, ilustrando a percepção central nos discursos contemporâneos de como o Japão passou a abordar as questões de responsabilidade da guerra, e, por extensão, relacionadas ao passado.

Dado o fato de que as vozes das “mulheres de conforto” sobreviventes inicialmente foram silenciadas em escala global, a marginalização existente destas faz com que a abordagem da memória popular seja importante na recuperação das experiências históricas e na formação de subjetividades, enfatizando a perspectiva de uma “história vista de baixo” (TSUKAMOTO, 2018). Como indica Hall (2006), questionar o conceito ideológico implica na influência nos modos de vida das pessoas, de pensar e agir variando na forma como são representadas, transmitidas e disseminadas, já que diferentes metáforas são seletivamente empregadas por determinados grupos para produzir conhecimentos de interesses próprios.

Dessa maneira, as representações presentes na categorização das “mulheres de conforto” enquanto identidades subjugadas impactaram a forma de pensar e tratar os bordéis militares

japoneses, teorizando sobre a ambiguidade no quadro analítico das “mulheres de conforto”, especialmente na dicotomia de distinção entre prostitutas e escravas sexuais (TSUKAMOTO, 2018). Para averiguar a agência das “mulheres de conforto”, além da representação, a articulação também permanece como uma categoria de análise, polarizando as mulheres e suas interações com a memória e a história (SOH, 2008).

De acordo com Halbwachs (2006), à medida em que as lembranças impessoais interessam ao grupo, um indivíduo seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo, trazendo consigo uma bagagem de lembranças históricas que podem ser aumentadas por meio de conversas ou de leituras emprestadas, sejam de regiões, grupos, partidos políticos, províncias, classes profissionais ou mesmo entre famílias e testemunhas. Em vista disso, o nacionalismo e o militarismo dentro da perspectiva das mulheres ainda expõe uma construção hierárquica nas narrativas das “estações de conforto” alicerçada na discriminação, já que o grau de violência e abuso sexual sofrido pelas “mulheres de conforto” variava de acordo com o contexto geográfico e cronológico, bem como com a etnia de cada mulher (CHANG, 1997; SOH, 2008).

Conforme reitera Tsukamoto (2018), a trajetória de modernização e ocidentalização do Japão, e conseqüentemente, de militarização, caracterizou uma ligação fundamental entre a memória da guerra e a identidade nacional para o estabelecimento do sistema de prostituição forçada no Exército japonês, tendo em vista que é essencial para um Estado controlar as narrativas coletivas como estratégias para reprodução de legitimidade e autoridade. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho alocava dois papéis para as mulheres: portadoras de filhos ou provedoras de sexo, o que escancara a interação também entre o patriarcado e o capitalismo, e destaca a associação entre a guerra, o sexo e o poder (YOSHIMI, 2000).

A partir da ascensão de narrativas alternativas à memória dominante acerca das “mulheres de conforto”, a exposição de mulheres sobreviventes gerou controvérsias no terreno da memória de guerra do Japão, fazendo com que Hak-sun Kim, Jan Ruff O’Herne, Suzuko Shirota, Walterina Markova, Zhou Fenying e entre outras se transformassem em agentes históricos e políticos que desafiaram a hegemonia histórica. Essa divisão na nação provocou uma discussão muito importante sobre a construção da nacionalidade japonesa que culminou na Declaração de Kōno, originando implicações relevantes do ponto de vista acadêmico, anteriormente omitido pelo governo (MORRIS-SUZUKI, 2014).

Tendo em vista que o Estado exerce o poder da produção histórica por meio do controle estatal das narrativas oficiais, sobretudo nas memórias da guerra, a interação inata entre lembrança e esquecimento na política externa japonesa retrata a definição de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2008), na qual a criação de uma identidade coletiva manifesta uma política oficial que reproduz as relações de poder entre as memórias contestadas. Da mesma forma, a análise da violência estatal que incidiu sobre as mulheres na lógica de poder ressalta a complexidade das vozes das sobreviventes (CHANG 1997).

Após a rendição incondicional do Japão na Segunda Guerra Mundial, diversas negociações sobre a interpretação dos crimes de guerra seja por conveniência política ou centralização de uma identidade propuseram uma investigação da seletividade na memória do governo japonês. Segundo Yoshimi (2000), a estigmatização das “mulheres de conforto” funcionou como um instrumento de manipulação do patriotismo, ou seja, o nacionalismo atuou como um fator-chave no processo de construção do Estado-nação, incorporando as mulheres no Estado moderno masculino.

Apesar de muitas circunstâncias permanecerem obscuras para uma sociedade, os testemunhos são frequentemente utilizados para reforçar ou enfraquecer, e também para completar o que é sabido de um evento sobre o qual já se tem alguma informação (HALBWACHS, 2006). Nesse aspecto, Chang (1997) assinala o Julgamento do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (IMTFE) como uma metáfora para o comportamento japonês durante toda a guerra: “uma demonstração pública de autoflagelação” ao invés da “disposição de buscar justiça para os injustiçados”.

No Japão, histórias conflitantes sobre o que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial continuam a surgir. De acordo com uma visão revisionista atualmente popular, o país não tem responsabilidade pelo assassinato em massa de civis em qualquer lugar durante a guerra. Os japoneses lutaram na guerra para garantir sua própria sobrevivência e para libertar a Ásia das garras do imperialismo ocidental. De fato, em retribuição por seus nobres esforços, o próprio Japão acabou sendo a vítima final em Hiroshima e Nagasaki. (CHANG, 1997, p. 261)

No que tange à exploração das “mulheres de conforto”, a interdependência de tal sistema junto da infraestrutura da guerra exprime como os arranjos de infraestrutura civil foram mobilizados durante a guerra (NORMA, 2016). Através das distorções que perpetuam a culpabilização de mulheres e meninas “recrutadas” para o sistema de “mulheres de conforto”, a

consolidação dos “postos de conforto justapõe o reconhecimento das vítimas e das injustiças sofridas, o que acaba por fomentar a mitificação patriarcal e reprimir as tentativas de reparação.

Para Tanaka (2020), a ideologia patriarcal da guerra e a própria existência das forças militares correspondem a símbolos vivos da dominação masculina sobre o sexo feminino, reforçando a ausência e a presença das mulheres no campo de batalha ao mesmo tempo que fundamentam essa contradição. Nesse sentido, as relações de poder internas dos exércitos, de dominação e subjugação, são reafirmadas pela violação dos corpos das mulheres na guerra.

Diante desse dilema, Morris-Suzuki (2001) argumenta que as representações do passado na contextualização histórica podem sustentar estereótipos e preconceitos que resultam em controvérsias, dificultando a compreensão e valorização histórica no aprendizado, uma vez que reforçam determinados pontos de vista. Assim, as vozes das mulheres socialmente marginalizadas e historicamente silenciadas operam em diferentes caminhos no entendimento da política e da moralidade, auxiliando na reconstrução das relações entre um Estado e outro através das histórias de trauma ou ainda pela produção de integridade na condição de pessoa, nação e Estado no Japão.

Com base no fenômeno denominado “transferência de opressão”, entendia-se que o Exército japonês moderno tinha um grande potencial para a brutalidade desde o momento de sua criação por dois principais motivos: o tratamento arbitrário e cruel dos militares infligido a seus próprios oficiais e soldados, e a natureza hierárquica da sociedade japonesa, cujo status era ditado pela lealdade ao imperador (TANAKA, 2002). Portanto, Chang (1997) define que dentre as razões pelas quais o Japão se diferencia em relação à Alemanha com seus crimes de guerra, encontra-se a incorporação dessas informações à identidade política pós-guerra, ou seja, não apenas na história, mas na historiografia japonesa, a manutenção de certos eventos na história e o desaparecimento de outros da memória coletiva impede a consciência histórica.

Dando continuidade nesse cenário, não só o Japão se esquivou da sua responsabilidade de pagar indenizações às vítimas, como também recebeu bilhões de dólares em ajuda dos Estados Unidos durante a Guerra Fria (CHANG, 1997). Logo, cabe mencionar que a memória da guerra mistura narrativas de resistência, vitimização e vitória, construindo em si cenários para promover ou suprimir descrições frente aos acontecimentos históricos.

Os discursos negacionistas e a subjetividade política na memória pós-colonial

Como visto, a formação das narrativas nacionais no Japão moderno teve influências que não derivam somente da experiência específica da vida social japonesa, como também das estratégias de conceitualização e representação adotadas pelo Estado, marcado pelo imaginário político (ANDERSON, 2008). Então, o patriotismo é configurado como um dos conceitos mais controversos da história do Japão, tendo sido fundamental para o sustento do nacionalismo japonês antes e depois da Segunda Guerra Mundial (SHOGIMEN, 2010).

Por meio da ênfase no papel do Estado japonês, tanto a explicação dos sucessos econômicos quanto dos crimes políticos ao longo do século XX são realçadas na identidade nacional, acentuando a tentativa de integração do povo ao império mesmo antes da Restauração Meiji (1868). Em grande medida, essa relação entre a identidade étnica e o nacionalismo precisava competir com a sociedade civil no que se refere ao sentimento antiestatal dentro da nação japonesa, sugerindo uma forma étnica de nação que posicionava o povo como vítima da colonização interna pelas elites capitalistas, como também da colonização externa pelo Ocidente (DOAK, 1997; SEIYA, 2017).

Resgatando os antecedentes históricos do Japão, a disposição de depoimentos de oficiais e soldados japoneses, e também dos relatos das “mulheres de conforto” implicam na memória como lição e aprendizado para não repetir os erros do passado (MORRIS-SUZUKI, 2014). Para isso, a análise cautelosa, mesmo das documentações oficiais deve considerar as possíveis alterações ou elaborações tanto para ocultar quanto para revelar a verdade a fim de salvaguardar o reconhecimento.

A memória coletiva retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas. Ora, é precisamente o que está além desse limite que prende a atenção da história. Às vezes se diz que a história se interessa pelo passado, e não pelo presente. Entretanto, para ela o que é passado realmente é o que já não está mais compreendido no terreno em que ainda se estende o pensamento dos grupos atuais. (HALBWACHS, 2006, p. 133)

Por fim, assim como na contestação entre as memórias privadas e públicas, na disputa entre a memória dominante masculina e a memória oprimida feminizada, a “abordagem central do Estado” centraliza a memória para união dos cidadãos em uma identidade nacional coletiva e

coesa (ANDERSON, 2006; HOBSBAWM, 1995; TSUKAMOTO, 2018). Essa divisão na memória ajuda a compreender as causas da cumplicidade e do silenciamento entre o Estado e a sociedade.

Considerações Finais

Ao refletir acerca da construção da memória nacional, discutir sobre as diferentes instituições que mobilizam as principais narrativas permite reconhecer as dimensões sociais e políticas que tratam da preservação histórica de um país, especialmente seu passado. À guisa de conclusão, o negacionismo e a seletividade na memória japonesa das “mulheres de conforto” foram decorrentes de uma lógica política e ideológica que tensionou as representações e as identidades das escravas sexuais no período da Guerra do Pacífico, além de transformar estruturalmente o Estado japonês.

Com relação ao nacionalismo, a militarização significou um processo constante e vigente, sempre medida pela cidadania masculinizante, sendo indispensável para tratar da exploração sexual feminina, fundamentada na abordagem positivista das ciências sociais convencionais.

No septuagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, a menção aos crimes de guerra do Japão, e também qualquer referência ao sistema militar de escravidão sexual e às agressões infligidas aos países vizinhos asiáticos denotou o forte desejo de restauração do Estado militarista do Japão antes de 1945 no contexto de silenciamento político. Com isso, reconhecer o padrão amplo de como a guerra vitimiza as mulheres pode fornecer fundamentos para o estabelecimento e a manutenção da paz.

Além disso, a exploração e a análise de conceitos-chave na construção da memória japonesa provocaram uma mudança paradigmática na questão das “mulheres de conforto”, tornando-a uma norma internalizada no âmbito doméstico, e uma questão de direitos humanos no cenário internacional. Em razão disso, para refutar a negação revisionista histórica das “mulheres de conforto” pelo Estado e pelos militares, a mudança metodológica nas fontes trouxe a possibilidade de desvendar uma nova reescrita de uma história plural, percebida como uma virada humanitária.

Conforme discutido, as forças culturais podem promover o silêncio e o revisionismo histórico a partir das interpretações sobre o sistema de “mulheres de conforto”, o que enfatiza a

necessidade de dialogar sobre o negacionismo histórico inerente à discussão de responsabilidade da narrativa propagada pelo Japão no pós-guerra. Ainda, a compreensão sobre os mecanismos de produção, disputa e silenciamento da memória histórica propicia formas de reconhecer a manipulação da história e, portanto, da construção das narrativas e suas estratégias de legitimação.

Por outro lado, ambas as memórias hegemônica e contra-hegemônica incorporam experiências as quais podem ser contestadas na polarização das políticas oficiais. Sendo que o trauma constitui a intersecção entre a memória e a formação da identidade, seja em nível pessoal ou coletivo, as múltiplas representações das “mulheres de conforto” e dos soldados japoneses desempenham papéis fundamentais na produção da memória da guerra, e na exclusão ou recuperação subsequentes das narrativas do Japão no pós-guerra.

No entanto, vale acentuar que tais paradigmas falham em conceber a complexa interação existente entre o indivíduo e a sociedade em sua totalidade no processo de construção da memória coletiva, já que o desenvolvimento das narrativas históricas e os enredamentos geopolíticos se complementam no preenchimento dessas lacunas. Sendo assim, admite-se a importância da ideologia tanto na formação da subjetividade política das “mulheres de conforto” quanto nos discursos concorrentes da literatura feminista sobre o sistema de escravização sexual do Exército japonês.

Nesse sentido, ficou evidenciado que a análise historiográfica do Japão durante a Guerra do Pacífico enquadra várias abordagens repletas de contradições e traduções errôneas que afastam as mulheres sobreviventes e limitam o exercício da autonomia na relação social local e global. A respeito disso, a naturalização da relação de dominação-subordinação entre as mulheres na vitimização e na agência, contudo não descarta o valor e a diversidade de ações políticas, transcendendo o contexto de violação em que mulheres e meninas lutam contra o trauma.

Através do revisionismo histórico, a fragmentação das identidades e a seleção de narrativas viabiliza a consolidação do poder do Estado com a representação unidimensional do episódio em todo o mundo. Enfim, ressalta-se que o seguinte trabalho tem se desdobrado enquanto uma das vertentes da dissertação que se encontra em andamento durante a pesquisa de mestrado, portanto ainda existem questões que exigem maior profundidade e desenvolvimento.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHANG, Iris. **The Rape of Nanking**: the forgotten holocaust of World War II. New York: Basic Books, 1997.
- DOAK, Kevin M. What Is a Nation and Who Belongs? National Narratives and the Ethnic Imagination in Twentieth-Century Japan. **American History Review**, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Truth, Postmodernism and Historical Revisionism in Japan. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 2, n. 2, 2001.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Addressing Japan's 'Comfort Women' Issue From an Academic Standpoint. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol.12, i. 9, n. 1, 2014.
- NORMA, Caroline. **The Japanese Comfort Women and Sexual Slavery during the China and Pacific Wars**. London: Bloomsbury Academic, 2016.
- OGAWA, Shuko. The Difficulty of Apology: Japan's Struggle with Memory and Guilt. **Harvard International Review**, vol. 22, n. 3, 2000.
- SEIYA, Morita. Overcoming Double Erasure: Japanese "comfort women", nationalism and trafficking. Tradução de Caroline Norma. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 15, i. 21, n. 3, 2017.
- SHOGIMEN, Takashi. Another Patriotism in Early Shōwa Japan (1930-1945). **Journal of the History of Ideas**, vol. 71, n. 1, 2010.
- SOH, Chunghee Sarah. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- TANAKA, Yuki. **Japan's Comfort Women: Sexual Slavery and Prostitution during World War II and the US Occupation**. Nova York: Routledge, 2002.
- TANAKA, Yuki. War, Rape and Patriarchy: The Japanese experience. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 18, i. 1, n. 1, 2020.
- TSUKAMOTO, Sachiyo. **The Politics of Gendered Memory of Japanese Comfort Women**. 2018. 282f. Tese (Doutorado em Filosofia Política) – University of Newcastle, Newcastle, 2018.
- YOSHIMI, Yoshiaki. **Jūgun Ianfu Shiryōshū [Historical Documents on the Military "Comfort Women"]**, Tokyo: Ōtsuki Shoten, 1992.

O cárcere como experiência de ruptura histórica e o corre como infraestrutura de reconstrução da continuidade social

Gregório Antônio Fernandes de Andrade

Mestrando em Educação Superior –

Universidad Privada del Este (UPE)

Pós-graduado em Direitos Humanos

Associação CORRE – Infraestrutura de Inovação

gregadvogados@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o cárcere como experiência histórica de ruptura social e temporal, compreendendo-o para além de sua dimensão jurídico-penal. Argumenta-se que o encarceramento produz “fins de mundo sociais” ao interromper trajetórias, fragmentar vínculos e comprometer perspectivas de futuro. Com base nas contribuições de Michel Foucault, Walter Benjamin, Achille Mbembe, Erving Goffman e Loïc Wacquant, discute-se a prisão como mecanismo de produção e reprodução da exclusão social. Sustenta-se que os efeitos do encarceramento persistem após a liberdade formal, por meio do estigma e das dificuldades de reinserção social. Em contraposição a essa lógica, apresenta-se o CORRE (Conhecimento, Oportunidade, Ressignificação, Resiliência e Educação) como infraestrutura sociotécnica voltada à reconstrução de trajetórias interrompidas. Conclui-se que a inclusão social deve ser compreendida como processo de reconstrução da continuidade histórica, do pertencimento e da possibilidade de futuro após a experiência prisional.

Palavras-chave: Temporalidade; Inclusão social; Egressos

Introdução

As narrativas sobre o “fim do mundo” costumam estar associadas a guerras, colapsos ambientais, pandemias ou grandes transformações civilizatórias. Entretanto, existem experiências de ruptura que ocorrem de forma silenciosa, cotidiana e institucionalizada, afetando profundamente a vida de milhões de pessoas sem necessariamente ocupar o centro do debate público.

O sistema prisional brasileiro constitui uma dessas experiências.

A prisão é geralmente compreendida como mecanismo jurídico destinado à punição e ao controle social. Todavia, sua atuação ultrapassa largamente a privação formal da liberdade. O

encarceramento produz efeitos duradouros sobre identidades, vínculos familiares, relações comunitárias, trajetórias educacionais e perspectivas de futuro.

Nesse sentido, este trabalho propõe interpretar o cárcere como experiência histórica de ruptura radical, capaz de produzir aquilo que se denomina aqui de “fim de mundo social”. Trata-se de um processo pelo qual indivíduos deixam de ocupar plenamente seu lugar anterior na sociedade, passando a habitar uma condição marcada pela fragmentação de pertencimentos, pela suspensão temporal e pela exclusão persistente.

A reflexão insere-se no debate historiográfico sobre crise, ruptura e temporalidade, dialogando com a proposta temática do XIII EPHIS de investigar experiências históricas percebidas como momentos de colapso das estruturas que organizam a vida social.

O cárcere como produtor de fins de mundo sociais

A expressão “fim de mundo” costuma ser associada a eventos extraordinários, como guerras, catástrofes ambientais ou colapsos políticos. Contudo, a historiografia contemporânea tem demonstrado que experiências de ruptura também podem ocorrer em escalas menores, afetando grupos específicos sem necessariamente alterar a totalidade da ordem social.

O cárcere constitui uma dessas experiências.

Embora a prisão seja juridicamente apresentada como suspensão temporária da liberdade, seus efeitos extrapolam amplamente o período formal da pena. O encarceramento produz rupturas capazes de desorganizar estruturas fundamentais da existência humana, atingindo relações familiares, pertencimentos comunitários, trajetórias profissionais e projetos de futuro.

A entrada no sistema prisional frequentemente representa um ponto de inflexão radical na biografia dos indivíduos. O sujeito deixa de ocupar posições sociais anteriormente construídas e passa a integrar uma categoria marcada pelo estigma e pela exclusão.

Nesse sentido, o cárcere pode ser compreendido como produtor de verdadeiros fins de mundo sociais.

Não se trata do fim do mundo em sentido absoluto, mas do colapso das referências que organizavam a existência daquele sujeito. O encarceramento rompe continuidades e inaugura uma

experiência de deslocamento histórico na qual o indivíduo perde parte significativa das estruturas que conferiam sentido à sua vida social.

A prisão produz um mundo que termina e outro que ainda não começou.

O encarceramento como ruptura histórica

A hipótese central deste estudo é que o encarceramento não deve ser compreendido exclusivamente como resposta penal a uma infração.

A prisão reorganiza profundamente a experiência histórica do sujeito. Ao ingressar no sistema prisional, o indivíduo não perde apenas a liberdade física. Ele sofre transformações que atingem dimensões fundamentais da vida social: trabalho, educação, família, participação política, identidade e pertencimento comunitário. O encarceramento produz discontinuidades que frequentemente persistem mesmo após o cumprimento da pena. A noção de ruptura histórica utilizada neste trabalho refere-se justamente à interrupção abrupta de processos de continuidade social. A prisão rompe trajetórias previamente construídas e dificulta a retomada de projetos interrompidos. Em muitos casos, o indivíduo deixa de ser percebido pela sociedade a partir de suas múltiplas identidades e passa a ser definido exclusivamente pela condição de ex-presidiário.

Essa redução identitária produz formas duradouras de exclusão.

A ruptura da temporalidade

Um dos aspectos menos discutidos do encarceramento é seu impacto sobre a experiência do tempo. O tempo da prisão não corresponde ao tempo da vida social ordinária. Enquanto a sociedade organiza suas experiências a partir de ciclos de formação educacional, trabalho, relações familiares e construção de projetos futuros, o cárcere impõe uma lógica marcada pela suspensão, pela espera e pela restrição da autonomia individual.

Nesse contexto, a prisão reorganiza a percepção temporal do sujeito e interrompe processos biográficos em curso. Projetos profissionais são descontinuados, relações afetivas são fragilizadas e redes comunitárias são desestruturadas.

A saída do cárcere não representa, necessariamente, a retomada automática dessas experiências. Pelo contrário, muitos egressos enfrentam dificuldades para reconstruir vínculos e

reinsrer-se em estruturas sociais que continuaram se transformando durante o período de encarceramento.

O resultado é a produção de uma sensação persistente de deslocamento temporal e histórico. O indivíduo retorna a uma realidade que já não é a mesma daquela que deixou para trás, sendo frequentemente confrontado com mudanças sociais, familiares e econômicas ocorridas durante sua ausência.

Dessa forma, o encarceramento não apenas restringe a liberdade durante determinado período, mas também produz efeitos duradouros sobre a forma como o sujeito percebe sua trajetória e projeta seu futuro.

Prisão, memória e fragmentação identitária

As consequências do encarceramento não se limitam à esfera material. A prisão interfere diretamente nos processos de construção da identidade individual e coletiva, uma vez que a identidade humana é formada por narrativas que conectam passado, presente e futuro. Os indivíduos compreendem quem são por meio das experiências acumuladas ao longo do tempo, das relações estabelecidas e dos projetos que pretendem realizar. O cárcere, contudo, interrompe esse processo. Ao ingressar na prisão, o sujeito é submetido a mecanismos institucionais que tendem a reduzir sua identidade à condição de preso. Outras dimensões da existência, como trabalhador, estudante, pai, mãe, filho ou membro de uma comunidade, tornam-se secundárias diante da identidade imposta pelo sistema penal. Esse fenômeno produz efeitos duradouros. Mesmo após a saída da prisão, o estigma continua operando como mecanismo de classificação social, mantendo o indivíduo associado ao passado penal e dificultando a reconstrução de narrativas positivas sobre si mesmo. A prisão não afeta apenas o presente; ela também reinterpreta o passado e condiciona o futuro. A experiência do cárcere passa a ocupar posição central na memória biográfica do sujeito, reorganizando a forma como ele compreende sua própria trajetória e influencia suas perspectivas de reinserção social.

O egresso como sujeito do pós-fim

Se o cárcere pode ser compreendido como uma experiência de ruptura histórica, o egresso representa a materialização mais evidente de seus efeitos. A saída da prisão não significa,

necessariamente, o encerramento das consequências produzidas pelo encarceramento. Em muitos casos, a liberdade formal marca apenas o início de uma nova etapa de enfrentamento das marcas deixadas pela experiência prisional. O indivíduo deixa a instituição, mas a instituição frequentemente permanece inscrita em sua trajetória, em sua identidade social e em suas possibilidades de futuro.

A noção de “pós-fim” proposta neste trabalho busca compreender justamente essa condição paradoxal. O egresso é aquele que sobrevive à ruptura, mas continua vivendo sob os efeitos dela. Ele habita um espaço intermediário entre o mundo que existia antes do encarceramento e uma nova realidade social que nem sempre lhe oferece condições efetivas de reinserção. Trata-se de um sujeito que retorna fisicamente à sociedade, mas que frequentemente encontra dificuldades para recuperar os vínculos, os pertencimentos e os projetos que foram interrompidos pela prisão.

A experiência do cárcere produz uma espécie de deslocamento histórico. Ao longo do período de privação de liberdade, o mundo exterior continua se transformando: relações familiares se modificam, filhos crescem, mercados de trabalho se reorganizam, tecnologias se renovam e comunidades se reconfiguram. Quando retorna à liberdade, o egresso muitas vezes se depara com um cenário profundamente diferente daquele que deixou para trás. Não raro, experimenta a sensação de ser estrangeiro em seu próprio tempo, como alguém que regressa a um mundo do qual esteve ausente e ao qual já não pertence integralmente.

Essa condição é agravada pelo peso do estigma social. Conforme observa Erving Goffman (2015), determinados atributos passam a funcionar como marcas que desqualificam o indivíduo perante os demais membros da sociedade. No caso do egresso, a passagem pelo sistema prisional frequentemente se converte em elemento central de sua identidade pública, obscurecendo outras dimensões de sua existência. O sujeito deixa de ser reconhecido por sua profissão, suas habilidades, seus vínculos familiares ou seus projetos de vida e passa a ser identificado, antes de tudo, pela condição de ex-presidiário.

O resultado é a constituição de uma cidadania fragilizada. Embora juridicamente livre, o egresso enfrenta obstáculos permanentes para acessar direitos, oportunidades e espaços de participação social. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a desconfiança institucional, a precarização das relações sociais e a persistência do preconceito produzem

barreiras que prolongam os efeitos da pena para além dos limites estabelecidos pela decisão judicial. A liberdade, nesse contexto, revela-se frequentemente incompleta.

Sob uma perspectiva historiográfica, o egresso pode ser compreendido como sujeito marcado pela descontinuidade. Sua trajetória é atravessada por uma ruptura que reorganiza a relação entre passado, presente e futuro. O passado passa a ser constantemente reinterpretado à luz da experiência prisional; o presente é marcado pelo esforço de reconstrução de vínculos e oportunidades; e o futuro torna-se um horizonte frequentemente condicionado pelas limitações impostas pelo estigma e pela exclusão. A prisão, portanto, não constitui apenas um episódio encerrado no tempo, mas um acontecimento que continua produzindo efeitos históricos sobre a vida daqueles que por ela passaram.

Entretanto, compreender o egresso apenas como vítima de um processo de exclusão seria insuficiente. A condição de pós-fim também revela a capacidade humana de reconstrução. É justamente porque sobreviveu à ruptura que o egresso se torna portador da possibilidade de criar novas continuidades. Sua trajetória evidencia que os efeitos do cárcere não são inevitáveis nem definitivos, mas dependem das condições sociais, institucionais e comunitárias oferecidas para a reconstrução da vida após a prisão.

Nesse sentido, o egresso ocupa posição central na reflexão proposta por este trabalho. Ele representa simultaneamente a evidência dos limites do sistema penal e a possibilidade concreta de superá-los. Sua existência demonstra que o problema do encarceramento não se encerra nos muros da prisão, mas se prolonga na disputa permanente entre exclusão e pertencimento, ruptura e continuidade, fim e reconstrução.

É precisamente nesse espaço de tensão que emerge a necessidade de pensar mecanismos capazes de restaurar vínculos sociais, reconstruir trajetórias e devolver ao sujeito a possibilidade de projetar novamente o seu futuro.

O encarceramento em massa e a produção contemporânea da exclusão

O crescimento da população prisional brasileira nas últimas décadas constitui um dos fenômenos sociais mais relevantes da história recente do país. A expansão do encarceramento ocorreu paralelamente à permanência de profundas desigualdades sociais e raciais, evidenciando a estreita relação entre o sistema penal e as estruturas de exclusão historicamente presentes na

sociedade brasileira. Os dados do sistema penitenciário revelam que a prisão atinge de maneira desproporcional jovens, pessoas negras, indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e moradores de periferias urbanas. Essa realidade demonstra que o cárcere não atua de forma isolada, mas integra um conjunto mais amplo de mecanismos históricos de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a prisão deixa de ser compreendida apenas como uma resposta estatal ao crime e passa a operar como uma tecnologia de administração da marginalidade. A exclusão social não se inicia no cárcere; ao contrário, ela frequentemente antecede a experiência prisional e está associada a desigualdades econômicas, raciais e territoriais historicamente produzidas.

Contudo, o encarceramento tende a aprofundar essas vulnerabilidades. O sistema penal transforma condições preexistentes de exclusão em trajetórias marcadas por maiores dificuldades de inserção social, educacional e econômica.

Nesse sentido, o encarceramento em massa produz não apenas indivíduos excluídos, mas também comunidades inteiras afetadas pela ausência de seus membros, pelo estigma social e pela ruptura de vínculos familiares e comunitários.

A prisão torna-se, assim, um fenômeno histórico que ultrapassa os muros das unidades prisionais e reorganiza dinâmicas sociais em escala mais ampla.

Seus efeitos não se restringem aos indivíduos diretamente submetidos ao cárcere, alcançando famílias, redes comunitárias e territórios inteiros, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para a perpetuação de processos de marginalização social.

Referencial teórico

Michel Foucault e a produção de corpos disciplinados

Segundo Michel Foucault (2014), a prisão constitui uma das instituições centrais das sociedades disciplinares. Para o autor, o cárcere não atua apenas como mecanismo de punição, mas como uma tecnologia de poder destinada à produção de corpos dóceis, úteis e controláveis. Nesse contexto, a vigilância permanente, a classificação dos indivíduos e a normalização dos comportamentos configuram elementos fundamentais do exercício do poder disciplinar.

Sob essa perspectiva, a prisão ultrapassa a função de privação da liberdade e passa a atuar diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos, reorganizando profundamente suas formas de existência social e seus modos de interação com as estruturas institucionais e comunitárias.

Achille Mbembe e a morte social

Achille Mbembe (2018) contribui para a compreensão dos processos por meio dos quais determinadas populações são submetidas a condições estruturais de exclusão e vulnerabilidade. Embora suas reflexões estejam associadas principalmente ao conceito de necropolítica, suas formulações permitem interpretar o sistema prisional como um espaço de gestão diferencial da vida e da morte social.

Nessa perspectiva, o encarceramento produz populações cujas possibilidades de participação plena na vida social, política e econômica tornam-se significativamente reduzidas. A exclusão deixa de ser um fenômeno circunstancial e passa a assumir caráter estrutural, reproduzindo processos contínuos de marginalização e restrição de direitos.

Walter Benjamin e a experiência da catástrofe

Walter Benjamin (1987) oferece importantes contribuições para a compreensão das rupturas históricas e de seus efeitos sobre a experiência humana. Sua interpretação da história como uma sucessão de catástrofes possibilita compreender o encarceramento como uma experiência de interrupção das continuidades que estruturam a vida dos indivíduos.

A prisão, nesse sentido, não representa apenas um evento isolado na trajetória de uma pessoa. Ela pode constituir uma ruptura profunda, capaz de reorganizar completamente a relação do sujeito com o passado, o presente e o futuro, produzindo consequências que se estendem para além do período de privação de liberdade.

O sistema penal como máquina de repetição

Uma das principais contradições do sistema penal contemporâneo reside na promessa de ressocialização associada à sua incapacidade estrutural de reconstruir as trajetórias interrompidas pelo encarceramento. Embora a pena privativa de liberdade seja frequentemente justificada como

instrumento de reintegração social, a experiência concreta do cárcere demonstra que seus efeitos tendem a produzir e reproduzir processos de exclusão que ultrapassam o período formal da condenação.

O encarceramento não representa apenas uma interrupção temporária da vida em sociedade. Ele desencadeia uma série de rupturas que afetam o acesso ao trabalho, à educação, às relações familiares e aos espaços de participação comunitária. Quando a liberdade é restabelecida, grande parte dessas estruturas permanece fragilizada ou completamente desfeita, dificultando a reconstrução da vida social e ampliando as condições de vulnerabilidade já existentes antes da prisão.

Nesse contexto, o sistema penal opera como um mecanismo de repetição histórica. Em vez de interromper ciclos de exclusão, frequentemente contribui para sua continuidade. O estigma associado à condição de egresso limita oportunidades de emprego, dificulta o acesso a políticas públicas e reforça barreiras sociais que impedem a plena reinserção na comunidade. A pena deixa de se restringir ao espaço físico da prisão e passa a acompanhar o indivíduo por meio de mecanismos informais de discriminação e desconfiança social.

A reflexão de Loïc Wacquant (2001) contribui para compreender esse fenômeno ao demonstrar como o encarceramento em massa se articula à gestão da pobreza e das desigualdades sociais. Em vez de solucionar conflitos estruturais, o sistema penal frequentemente administra populações historicamente marginalizadas, reproduzindo condições que favorecem a permanência da exclusão. A prisão torna-se, assim, parte de um circuito que conecta vulnerabilidade social, criminalização e reincidência.

Esse processo não afeta apenas os indivíduos diretamente encarcerados. As consequências da prisão alcançam famílias inteiras e comunidades inteiras. A ausência prolongada de um membro da família, a perda de renda, a ruptura de vínculos afetivos e o impacto psicológico do encarceramento produzem efeitos que atravessam gerações. Em muitos casos, filhos e familiares passam a compartilhar as consequências sociais da punição, reproduzindo trajetórias marcadas pela precariedade e pela exclusão.

Sob uma perspectiva histórica, o cárcere pode ser compreendido como uma instituição que transforma rupturas em permanências. A liberdade formal nem sempre representa o encerramento da pena, pois os mecanismos de exclusão continuam operando após a saída da prisão. A experiência do encarceramento passa a integrar a identidade social do indivíduo,

condicionando suas possibilidades futuras e restringindo seu acesso a oportunidades de reconstrução de vida.

Dessa forma, o problema central do sistema penal brasileiro não reside apenas na experiência do encarceramento em si, mas na ausência de estruturas capazes de promover a reconstrução efetiva das trajetórias interrompidas. A prisão produz descontinuidades profundas, enquanto a sociedade oferece poucos instrumentos para recompor os vínculos rompidos. O resultado é a transformação da exclusão em fenômeno recorrente, perpetuando ciclos de marginalização que se reproduzem ao longo do tempo.

É justamente nesse ponto que se evidencia a necessidade de pensar alternativas capazes de enfrentar não apenas os efeitos imediatos da privação de liberdade, mas também as consequências históricas e sociais que persistem após o cumprimento da pena. Compreender o sistema penal como uma máquina de repetição da exclusão permite deslocar o debate da mera punição para a discussão sobre continuidade social, reconstrução de pertencimento e possibilidade concreta de futuro.

O CORRE como infraestrutura de reconstrução da continuidade social

Se o cárcere pode ser compreendido como uma experiência de ruptura histórica, a inclusão social precisa ser pensada como um processo de reconstrução da continuidade. É nesse contexto que se insere o CORRE – Conhecimento, Oportunidade, Ressignificação, Resiliência e Educação. Mais do que uma plataforma tecnológica ou um conjunto de serviços de assistência, o CORRE constitui uma proposta de infraestrutura sociotécnica voltada à reorganização das trajetórias interrompidas pela experiência prisional.

A concepção do CORRE parte do reconhecimento de que os principais obstáculos enfrentados por pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional não decorrem apenas da ausência de oportunidades isoladas, mas da fragmentação das estruturas de apoio social. Educação, trabalho, assistência jurídica, saúde, acompanhamento psicossocial e fortalecimento comunitário frequentemente aparecem de forma dispersa, desconectada e de difícil acesso. O resultado é que indivíduos submetidos ao encarceramento encontram enormes dificuldades para reconstruir projetos de vida e retomar sua participação plena na sociedade.

Nesse cenário, o CORRE surge como uma tentativa de articular essas dimensões em uma rede integrada de acompanhamento e inclusão. Sua proposta consiste em conectar instituições, serviços, profissionais e oportunidades, criando condições para que trajetórias interrompidas possam ser reorganizadas de forma contínua. A lógica central não é apenas fornecer acesso a determinados recursos, mas construir percursos estruturados que permitam ao indivíduo recuperar pertencimento, autonomia e perspectiva de futuro.

A originalidade da proposta reside justamente na compreensão de que a exclusão produzida pelo cárcere é um fenômeno multidimensional. O encarceramento rompe simultaneamente vínculos familiares, educacionais, profissionais e comunitários. Por essa razão, a reconstrução da vida social não pode ocorrer por meio de intervenções isoladas. É necessário criar mecanismos capazes de restabelecer conexões entre diferentes esferas da existência humana, permitindo que o sujeito volte a ocupar um lugar ativo no tecido social.

Sob a perspectiva desenvolvida neste trabalho, o CORRE pode ser compreendido como uma infraestrutura de reconstrução histórica. Seu objetivo não é apagar ou negar a experiência da ruptura produzida pela prisão, mas criar condições para que ela não se converta em destino permanente. Ao promover acesso à educação, oportunidades de trabalho, assistência jurídica e fortalecimento comunitário, o projeto busca restabelecer continuidades que foram interrompidas pelo encarceramento.

Essa dimensão torna-se particularmente relevante quando se observa que a principal consequência da prisão não é apenas a privação da liberdade, mas a desorganização da experiência temporal dos indivíduos. O cárcere interrompe projetos, suspende expectativas e fragmenta narrativas biográficas. O CORRE atua justamente sobre essa descontinuidade, oferecendo instrumentos para que passado, presente e futuro possam voltar a ser articulados dentro de uma trajetória dotada de sentido.

A inclusão social, nessa perspectiva, deixa de ser compreendida exclusivamente como inserção econômica ou acesso a serviços públicos. Ela passa a representar um processo mais amplo de reconstrução da historicidade dos sujeitos. Incluir significa possibilitar que indivíduos egressos do sistema prisional recuperem sua capacidade de projetar o futuro, reconstruir vínculos e participar ativamente da vida social. Trata-se de restabelecer condições para que a experiência do cárcere não permaneça como elemento definidor de toda a existência posterior.

Dessa forma, o CORRE apresenta-se como uma contraposição à lógica da repetição produzida pelo sistema penal. Enquanto o encarceramento tende a reproduzir ciclos de exclusão e vulnerabilidade, a proposta busca criar mecanismos de continuidade capazes de interromper esses processos. Sua função não é apenas oferecer apoio após a liberdade, mas contribuir para a construção de novos caminhos de pertencimento, reconhecimento e participação social.

Compreendido sob essa ótica, o CORRE não constitui apenas uma iniciativa de inovação social. Ele representa uma tentativa concreta de enfrentar as consequências históricas do encarceramento, atuando como instrumento de reconstrução das continuidades humanas, sociais e temporais interrompidas pela prisão. Se o cárcere produz experiências de fim de mundo social, o CORRE busca criar as condições para que novas possibilidades de existência possam emergir depois delas.

Inclusão social como reconstrução histórica

Tradicionalmente, as políticas de inclusão social são avaliadas por indicadores relacionados ao emprego, à renda e à escolarização. Embora esses critérios sejam relevantes, eles não são suficientes para compreender a complexidade dos processos de reinserção social após o encarceramento.

A inclusão envolve também a reconstrução de pertencimentos, o reconhecimento social e a recuperação da continuidade histórica das trajetórias interrompidas. Nesse sentido, o CORRE propõe uma abordagem ampliada da inclusão social. Seu objetivo não se limita à oferta de serviços ou oportunidades econômicas, mas busca criar condições para que indivíduos afetados pelo encarceramento possam reconstruir vínculos, retomar projetos de vida e atribuir novos significados às suas experiências.

A reconstrução da continuidade social torna-se, assim, uma estratégia concreta de enfrentamento dos efeitos históricos produzidos pelo encarceramento, contribuindo para processos mais amplos de reintegração e fortalecimento da cidadania.

Considerações finais

Pensar o sistema prisional apenas como mecanismo de punição revela-se insuficiente para compreender a profundidade das rupturas que ele produz. O cárcere interrompe trajetórias, fragmenta pertencimentos e reorganiza temporalidades, produzindo experiências de exclusão que frequentemente persistem muito além do término formal da pena.

Ao interpretar a prisão como uma experiência histórica de ruptura, este trabalho busca contribuir para o diálogo entre história, direitos humanos e estudos sobre encarceramento. Nessa perspectiva, o CORRE apresenta-se como uma proposta voltada à reconstrução da continuidade humana após a ruptura produzida pelo cárcere.

Mais do que uma política de inclusão social, trata-se de uma iniciativa orientada para a reconstrução de vínculos, pertencimentos e perspectivas de futuro. Se o sistema penal produz processos duradouros de exclusão e descontinuidade social, a sociedade precisa construir mecanismos capazes de restaurar relações, ampliar oportunidades e promover formas efetivas de reinserção social.

O desafio contemporâneo consiste não apenas em compreender as rupturas produzidas pelo encarceramento, mas também em criar condições para a construção de novas continuidades, capazes de assegurar dignidade, pertencimento e perspectivas concretas de futuro para aqueles que vivenciaram a experiência prisional.

Referências bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ADORNO, Sérgio. *Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios*. Revista USP, São Paulo, n. 9, p. 65-78, 1991.
- DAVIS, Angela Y. *Estarão as prisões obsoletas?* 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Sistema penitenciário brasileiro: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

A política do tempo em um republicano histórico: o caso Alberto Torres (1865-1917)

Lorraine Costa e Silva

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

lorrainehis08@gmail.com

Resumo: Este trabalho toma como objeto as teses histórico-sociológicas e políticas de Alberto Torres, buscando compreender e analisar a dimensão política na noção de *tempo* presente em seus escritos, a partir do conceito de política do tempo formulado pelo filósofo Peter Osborne (1995), aqui, a política do tempo como os usos políticos do tempo, responsáveis tanto pela construção de um passado no presente quanto pela projeção de um futuro desejado. Considerado uma figura central do republicanismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX, Torres destacou-se por sua atuação na consolidação do novo regime, sendo reconhecido como um republicano histórico. Seus ensaios sobre a construção da nação brasileira constituem intervenções fundamentais nos debates acerca da unidade nacional, bem como da organização social e política do país. Parte-se da premissa de que Torres formulou um projeto de Estado nacionalista e reformador, ancorado em uma leitura específica do tempo histórico brasileiro, com o objetivo de orientar a modernização do país a partir de suas particularidades.

Palavras-chave: Alberto Torres; Política do Tempo; Primeira República.

Introdução

Alberto Torres nasceu em 1865, em Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, e faleceu precocemente em 1917. Desse modo, o intelectual fluminense esteve inserido nos anos finais do Império e nos primeiros anos da Primeira República, uma transição marcada por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, em que o fim da escravidão e a expansão da imigração redefiniram as relações de trabalho, enquanto os projetos de modernização, o avanço da economia agroexportadora, os primeiros impulsos da industrialização e a crescente presença do capital estrangeiro reconfiguravam a sociedade brasileira e alimentavam debates sobre os rumos da nação. Esse conjunto de transformações constituiu objeto de reflexão e influenciou profundamente a elaboração do pensamento político e social de Alberto Torres.

Em 1882, Alberto Torres ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Posteriormente, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1885. Segundo Adalberto Marson (1979, p. 47), durante sua formação nas duas

faculdades de Direito livres, Torres teve seus primeiros contatos com as causas abolicionista e republicana, envolvendo-se na propaganda desses movimentos, que se expandiam no meio acadêmico por meio de jornais, clubes republicanos, conferências e debates. No entanto, não se destacou como uma figura proeminente entre as lideranças estudantis, nem deixou registros políticos de grande repercussão nesse período, sendo mais conhecido por suas poesias e crônicas literárias.

Bacharel pela escola do Recife, Alberto Torres retornou ao Rio de Janeiro nos anos finais do regime monárquico, filiou-se a um escritório de advocacia reconhecido na Corte, de direção de Ubaldino do Amaral, enquanto cuidava da manutenção de redação de periódicos. Segundo Adalberto Marson (1979, p.48), Torres se dedicou muito mais às publicações, pois, não tinha “temperamento” adequado para advocacia: “[...] embora não lhe faltassem meios de realização”. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1968, p.57), o fluminense não concorreu, naquele momento, a um cargo público devido ao seu posicionamento político, uma vez que considerava incompatível assumir uma função em um governo ao qual fazia oposição.

Diante da conjuntura esboçada, em 15 de novembro de 1889, a partir de um golpe civil-militar, o Brasil tornou-se uma República. Para Alberto Torres, firme defensor do novo regime, a Abolição e a República representaram as primeiras pulsações de uma consciência política e social no país.

Alberto Torres construiu uma ampla trajetória política perpassando os três poderes. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 1894, e Ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Prudente de Moraes, em 1896. Em 1897, assumiu a presidência do Estado do Rio de Janeiro, exercendo mandato entre 1897 e 1900. Posteriormente, encerrou sua trajetória política no Poder Judiciário, atuando como ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1901 e 1909. Em razão de problemas de saúde, aposentou-se em 1909 e passou a dedicar-se à organização de materiais e à elaboração de suas obras.

Em razão de sua trajetória política e de sua atuação na defesa do novo regime, Alberto Torres figurou entre os chamados republicanos históricos. O termo refere-se à primeira geração de republicanos brasileiros que, além de defenderem a República, estiveram envolvidos na construção de suas bases políticas e ideológicas, ocuparam cargos de destaque na vida pública e foram reconhecidos, posteriormente, por essa denominação.

Os membros dessa primeira geração de republicanos, de maneira geral, mostraram-se descontentes com os rumos assumidos pela República. Como afirma Torres (1978, p. 15), havia entre eles “o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a República que haviam sonhado”. O próprio Torres compartilhou, em certa medida, desse sentimento de desilusão; entretanto, não se tornou um cético quanto ao novo regime, permanecendo empenhado em defendê-lo e em assegurar sua continuidade.

Destaco a relevância da análise da trajetória política de Alberto Torres para a compreensão da formação de seu pensamento, uma vez que a produção de seus livros teve início apenas após sua aposentadoria. Sua experiência administrativa em diferentes cargos públicos constituiu um momento privilegiado de articulação entre o conhecimento teórico e jurídico adquirido ao longo de sua formação e a prática política exercida nas instituições republicanas, permitindo-lhe conhecer de perto seu funcionamento e suas limitações.

Esse aspecto torna-se particularmente evidente durante sua atuação como presidente do Estado do Rio de Janeiro, entre 1897 e 1900. Conforme destaca Maria Fernanda Fernandes (2017), o Rio de Janeiro funcionou como um verdadeiro laboratório político para a formulação do projeto nacional de Alberto Torres. Foi nesse contexto que ele enfrentou alguns dos maiores desafios administrativos de sua carreira, como a tentativa de *impeachment*, a crise cafeeira e o esgotamento do solo. Tais experiências contribuíram para a consolidação de duas das principais diretrizes de seu pensamento: o nacionalismo e o agrarismo. Para Torres, o destino do Brasil estava associado à sua vocação agrária. Assim, muitas das soluções concebidas para enfrentar os problemas fluminenses foram posteriormente ampliadas e projetadas para o conjunto do país, integrando sua proposta de reorganização nacional.

A elaboração dos textos

Alberto Torres escreveu um pequeno conjunto de livros, inicialmente produzidos em tiragens limitadas. Grande parte dessas obras foi constituída, ao menos em parte, por artigos e textos anteriormente publicados na imprensa periódica e impressos pela Imprensa Nacional. Segundo Barbosa Lima Sobrinho (1968, p. 306), isso se deveu “[...] não apenas pela dificuldade de obter editores, naquela época, que se atravessassem a enfrentar as despesas da publicação, como pelo propósito do autor de uma larga distribuição gratuita de suas obras, que visavam apenas a divulgar e defender idéias”.

Nesse ponto, contudo, é possível discordar parcialmente da interpretação de Barbosa Lima Sobrinho. Alberto Torres não buscou apenas divulgar e defender ideias. Convicto de que havia identificado os principais obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, acreditava ter reunido soluções para os problemas nacionais e desejava levar suas conclusões até as elites dirigentes. Queria ser lido e reconhecido. Político de profissão e habituado à arte da retórica, seus escritos assumiram um tom prescritivo e, por vezes, quase profético, sustentado pela firme convicção na validade de suas proposições. Tão grande era sua confiança em suas ideias que afirmava apresentá-las “sem receio à crítica”, pois traduziam “os mais puros, os mais práticos, os mais vivos interesses das nacionalidades e do próprio futuro da nossa espécie” (Torres, 1978, p. 12).

O público almejado por suas publicações era composto pelas elites dirigentes, grupo ao qual pertencia e que, simultaneamente, criticava. Tratava-se de um segmento restrito da sociedade brasileira, formado por homens ligados à administração pública e familiarizados com as ciências políticas, a filosofia e a literatura europeias. Para Torres, não integravam essa elite os chamados “políticos de carreira”, eleitos pelas redes de compadrio e favorecimento oligárquico e “carentes de formação” (Matos, 2010, p. 208). Favoretti (2021, p. 14) destaca que Torres considerava os intelectuais os atores mais preparados para o exercício dos cargos políticos e governativos. Por isso, dirigiu deliberadamente suas obras a esse grupo, esperando que implementassem seu projeto reformista, centralizador, nacionalista e educador:

Em estudos que fui publicando, procurei mostrar aos que dirigem a opinião e aos que nos governam os sinais da crise próxima, advertindo-os da necessidade de prevenir perigos que se iam acumulando sobre nossas cabeças, de reparar erros e descuidos que temos cometido, resultantes de estranhável despreocupação dos nossos problemas práticos e dos da política mundial (Torres, 1978, p.84).

Jurista aposentado, Alberto Torres iniciou a publicação de seus livros em 1909. Os dois primeiros, *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913), escritos em francês, buscavam alcançar um público mais amplo e foram produzidos antes dos grandes conflitos mundiais do século XX. *Vers la paix* reuniu materiais publicados na imprensa e apresentou uma proposta de organização de uma Corte Internacional de Justiça, além de reflexões sobre política internacional e sobre a inserção do Brasil no sistema das nações (Fernandes, 2017, p. 436). *Le problème mondial*, por sua vez, foi composto por publicações periódicas e pelo discurso de posse de Torres no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1911, dando continuidade à temática internacionalista.

Em 1914, publicou suas obras mais conhecidas: *A organização nacional*, opúsculo parcialmente composto por artigos publicados na Gazeta de Notícias entre fins de 1910 e início de 1911, e *O problema nacional brasileiro*, que reuniu textos do Jornal do Commercio, trechos do discurso no IHGB e materiais inéditos. Ambas foram impressas pela Imprensa Nacional.

Em *A organização nacional*, Torres propôs reformas constitucionais voltadas à reorganização da sociedade brasileira, defendendo um Estado centralizado e nacionalista, comprometido com medidas sociais, educacionais e sanitárias capazes de formar cidadãos e fortalecer a unidade do país. Para ele, a Constituição brasileira, inspirada em modelos estrangeiros, fora inadequadamente aplicada por não corresponder à realidade nacional (Torres, 1978, p. 238). *O problema nacional brasileiro* aprofundou essas reflexões. Segundo Torres, o país não havia organizado sua vida política a partir do conhecimento de seu território e de sua população, recorrendo a instituições e parâmetros importados, pouco adequados às especificidades brasileiras.

As fontes de vida no Brasil, publicado pela Papelaria Brasil em 1915, retomou e aprofundou temas presentes nas obras anteriores. Nele, Torres discutiu a degradação do solo, o esgotamento das riquezas naturais e a desorganização do trabalho, criticando a valorização da mão de obra estrangeira em detrimento do trabalhador nacional. Para ele, as verdadeiras “fontes de vida” do país eram seus recursos naturais e o trabalho de seu povo, e seu abandono relacionava-se diretamente ao caos político e institucional brasileiro.

Um aspecto importante para esta análise é o caráter tardio dessa produção intelectual. Torres publicou seus principais ensaios em um momento de maturidade, já debilitado pela doença e marcado pela experiência traumática do naufrágio que sofreu com toda a família, em 1907, quando acreditou que não sobreviveria. Sua escrita adquire, assim, tonalidades de urgência, movida pela angústia diante de um Brasil republicano que, a seus olhos, permanecia “não resolvido”. Havia também a aflição de quem militara durante toda a vida e sentia não ter sido compreendido, especialmente em relação ao seu nacionalismo:

Meus estudos sobre o nacionalismo não tiveram a felicidade de ser compreendidos por muita gente – o que não é de surpreender, dado o estado de espírito do nosso povo, sujeito, em sua paixão estática por imagens, e em sua crise de indolência mental, a confundir as coisas mais claras e admitir as maiores extravagâncias (Torres, 1978, p. 170).

Essa urgência ajuda a compreender o profundo descontentamento que atravessa seus ensaios. Entusiasmado com a República na juventude, Torres desgastou-se ao perceber a distância entre o regime idealizado e a experiência concreta. Parte de suas críticas dirigiu-se à própria geração de ilustrados republicanos, responsabilizada pela incapacidade de formular um projeto nacional ajustado à realidade brasileira. Em contraste com as gerações posteriores à Independência, que considerava dotadas de maior equilíbrio e firmeza intelectual, seus contemporâneos possuíam uma erudição mais ampla, mas incapaz de orientar a ação prática: “Mais variada, e muito mais vasta, a nossa ilustração é, hoje, vaga, fluida, sem assento, não a dominando nenhum interesse por habilitar os espíritos a formar juízos e a inspirar atos”(Torres, 1978, p. 15).

Embora tenha considerado o conjunto da trajetória intelectual de Alberto Torres, esta pesquisa concentrou-se nos livros em que o autor se dedicou à interpretação da realidade brasileira, por serem aquelas em que desenvolve de forma mais sistemática suas teses histórico-sociológicas e políticas sobre a nação, o Estado e os problemas nacionais.

O diagnóstico de Alberto Torres sobre a realidade brasileira

Em seus ensaios, Alberto Torres identificava como principal entrave ao desenvolvimento brasileiro a ausência de organização política, social e econômica, bem como a fragilidade da unidade nacional. Segundo o autor, o país desconhecia a si próprio: intelectuais e dirigentes interpretavam a realidade brasileira a partir de teorias importadas da Europa, ignorando as especificidades históricas, geográficas e sociais do território nacional. Esse desconhecimento impedia a formulação de soluções adequadas para os problemas do país e contribuía para a manutenção de instituições incompatíveis com a realidade brasileira.

Nesse contexto, Torres dirigiu duras críticas à Constituição de 1891, considerada inadequada por ter sido inspirada em modelos estrangeiros e por conceder excessiva autonomia às províncias. Para ele, a organização política da República deveria emergir das condições concretas da sociedade brasileira, e não da simples transposição de fórmulas elaboradas em outros contextos históricos.

A existência da nação dependia, portanto, de sua materialidade histórica, construída a partir do conhecimento real e científico dos problemas demográficos, geográficos, territoriais,

políticos e morais do país. Com uma perspectiva pragmática e conservadora, sustentava que as ideias e instituições somente seriam efetivas se estivessem enraizadas na composição concreta da vida nacional, entendida como a realidade efetivamente existente, e não como uma projeção idealizada por projetos alheios a ela. As "verdadeiras leis", nesse sentido, seriam aquelas capazes de institucionalizar a autêntica realidade social e moral brasileira, aperfeiçoando-a sem desvirtuá-la:

A essa razão acresce outra, de ordem prática. É evidente que a nossa organização política e jurídica encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz, é dar-lhes má e insuficiente instrução. Ora, nos carecem alcançar a linha da civilização contemporânea; e, para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surpresas do futuro. Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto não fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo ou, pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à posição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial. A comparação da feição da nossa vida atual com a dos últimos anos do regime monárquico basta para dar idéia da celeridade da evolução que nos arrasta – cada vez mais intensa, à proporção que avançamos (Torres, 1978, p. 199).

Entre os séculos XVIII e XIX, naturalistas, viajantes, botânicos e filósofos ilustrados que estiveram no Brasil, contribuíram para consolidar a ideia de inferioridade do “homem brasileiro” em razão da miscigenação, construindo a imagem de um povo degenerado, mais inclinado à decadência e ao desaparecimento do que à civilização. O francês Joseph Arthur de Gobineau, um dos pioneiros do racismo científico europeu, quando esteve no Brasil, em 1869, diagnosticou que os brasileiros, devido à miscigenação, seriam uma “raça” fadada à extinção em menos de duzentos anos. Alberto Torres foi forte rejeitor dessas teorias deterministas e defendia a influência dos chamados fatores mesológicos, isto é, das condições físicas e sociais na formação humana. Para ele, os brasileiros não eram degenerados em razão de sua composição racial; os verdadeiros problemas nacionais decorriam do abandono de grande parte da população pelo Estado, privada de educação, assistência e condições dignas de sobrevivência:

Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma

média de longevidade e fecundidade melhores do que as raças tidas por superiores. (Torres, 1968, p.69)

Diante desse diagnóstico, Torres defendia a construção de um Estado forte e centralizado, capaz de promover reformas sociais e políticas orientadas pelo nacionalismo. Propunha políticas voltadas à valorização do trabalhador brasileiro, criticando a preferência pela mão de obra imigrante e a ausência de iniciativas educacionais destinadas à população nacional. Também defendia a proteção do território e dos recursos naturais, denunciando a inexistência de uma economia efetivamente nacional. Em sua interpretação, o Brasil permanecia preso a uma lógica colonial de exploração, na qual riquezas, capitais e matérias-primas eram direcionados ao exterior, enquanto pouco retornava em benefício do país. Como consequência desse processo, o autor diagnosticou a existência de uma sociedade fragmentada, formada por classes e interesses particulares, mas incapaz de constituir um verdadeiro povo unido por um sentimento de pertencimento nacional. Para Torres, a nação não era um dado natural, mas o resultado de um longo processo histórico e político de integração social, marcado pela construção de vínculos de solidariedade capazes de orientar a vida coletiva em direção a objetivos comuns:

A forma superior de “nação” não se consolida senão depois que a sociedade, que envolve a existência dos indivíduos, se corporifica com a solidez e a plasticidade precisas para oferecer *base* à segurança e *medium* à prosperidade, na vida comum. É um estado já avançado da formação nacional: obra de séculos de evolução, nos países de existência imemorial; obra política, para as nações modernas. A mais alta expressão de seu progresso é aquela em que o espírito envolve, na síntese mais ampla, os móveis íntimos da solidariedade social, fazendo-a reverter para o futuro, para o interesse da prole (Torres, 1968, p.50)

O tempo da política e a política do tempo em Alberto Torres (1911 e 1914)

O presente trabalho buscou compreender a dimensão política do tempo nos ensaios de interpretação sócio-histórica e política de um republicano que se convencionou chamar de “histórico”. A partir da análise de *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes de vida no Brasil* (1915), mobilizamos o conceito de política do tempo, definido pelo filósofo Peter Osborne (1995, p. XII) como uma política que toma as estruturas temporais das práticas sociais como objeto específico de sua intenção transformadora ou preservadora. Isso significa que a política do tempo busca reorientar a relação da sociedade com sua própria temporalidade, preservando determinados ritmos, acelerando ou retardando processos históricos e redefinindo quais passados devem ser lembrados e quais futuros devem ser projetados.

Nossa hipótese consiste em compreender Alberto Torres como “proto-historiador” ou um “historiador especulativo”. Historiador não no sentido “disciplinar”, mas sim no seu esforço de criar um enredo, alinhar uma história do Brasil, e tecer seu sentido. Assim, seu “historiar” (apesar de especulativo) deriva de sua função social, seu lugar de enunciação, sua formação e expertise jurídica e administrativa garantiam-lhe convicções e expectativas. Suas convicções morais e sociais de classe faziam dele um sujeito privilegiado para o tipo de empreitada interpretativa especulativa e propositiva que ele elaborou. Ela também encontrava eco em sua visão de mundo conservadora, na qual o observador histórico precisaria reconhecer naquilo que sobreviveu ao passar dos anos, ou séculos, adaptando-se e sendo adaptada às formas “bem sucedidas” da realidade material, como as bases seguras para a compreensão da sociedade. O *histórico* Alberto Torres, então, elabora um sentido (direção e dimensão processual - causa e consequência) em uma espécie de ensaio de sócio-história. A hipótese que defendo é que estes ensaios, por serem um gênero mais fluido e portanto indeciso entre o realismo científico e a ficção, possibilitam a configuração de uma ordem do tempo apoiada em uma filosofia da história. Parafraseando Hans Fryer, na esteira de Johannes Fabian, “quase todos os seus fundadores consideravam a sociologia como a legítima herdeira das especulações histórico-filosóficas [...]. Não só historicamente, mas por necessidade lógica [...]” (Fryer *apud* Fabian, 2013, p.60).

Embora Alberto Torres não tematize explicitamente o tempo em seus ensaios, é possível identificar em seus textos a necessidade de construir uma temporalidade histórica genuinamente brasileira, capaz de conferir sentido ao passado, orientar a ação no presente e projetar um futuro para a nação.

A cronopolítica “torreana” organizava-se, portanto, em torno de três funções complementares: o passado fornecia o diagnóstico da desordem nacional; o presente constituía o tempo privilegiado da intervenção política; e o futuro configurava o horizonte normativo de realização da nação. Mais do que interpretar a história do Brasil, Alberto Torres procurou ordenar politicamente o tempo histórico, definindo quais experiências deveriam servir de aprendizado, quais urgências exigiam ação imediata e quais expectativas deveriam orientar o destino nacional. O tempo da política convertia-se, assim, em política do tempo: um projeto de reorganização temporal da sociedade brasileira conduzido pelas elites intelectuais e dirigentes, consideradas as únicas capazes de interpretar corretamente o passado e conduzir a nação rumo ao futuro desejado.

O passado como diagnóstico da desordem nacional

No pensamento de Alberto Torres, o passado desempenhava uma função diagnóstica. O “estado atual” do Brasil era interpretado como resultado de uma herança colonial marcada pela ausência de organização política, social e econômica. Os fundadores da nação brasileira, segundo o autor, preocuparam-se sobretudo com questões políticas e jurídicas imediatas, como a Independência e a formação do Estado, negligenciando a construção de bases científicas para a organização da sociedade (Torres, 1978, p. 131). A incapacidade de conhecer efetivamente o território, suas potencialidades e seus problemas teria comprometido a constituição de um projeto nacional coerente.

Os primeiros exploradores e as gerações que se estabeleceram no país eram descritos por Torres como portadores de um “espírito romântico e contemplativo”, mais inclinado à passividade do que à ação transformadora. Não teriam se dedicado ao estudo sistemático do vasto território brasileiro nem à proteção de seus recursos naturais. Também teriam fracassado em seu projeto de “civilização”, ao manterem os indígenas sobreviventes ao extermínio em condição de “selvageria” e ao não integrarem os africanos libertos à sociedade e ao trabalho assalariado, privilegiando a mão de obra imigrante e desestimulando o trabalhador nacional.

Como consequência desse processo histórico, o autor diagnosticou a existência de uma sociedade fragmentada, composta por interesses particulares incapazes de constituir um verdadeiro povo unido por um sentimento de pertencimento nacional. Para Torres, a nação não era um dado natural, mas o resultado de um longo processo histórico e político de integração social:

A forma superior de ‘nação’ não se consolida senão depois que a sociedade, que envolve a existência dos indivíduos, se corporifica com a solidez e a plasticidade precisas para oferecer base à segurança e medium à prosperidade, na vida comum. É um estado já avançado da formação nacional: obra de séculos de evolução, nos países de existência imemorial; obra política, para as nações modernas. A mais alta expressão de seu progresso é aquela em que o espírito envolve, na síntese mais ampla, os móveis íntimos da solidariedade social, fazendo-a reverter para o futuro, para o interesse da prole (Torres, 1978, p. 50).

O passado, portanto, não aparecia como objeto de contemplação nostálgica, mas como instrumento crítico destinado a revelar as causas da desorganização brasileira. A interpretação histórica cumpria a função de identificar os erros herdados e evidenciar aquilo que deveria ser corrigido no presente.

O presente como tempo de decisão e intervenção

Se o passado fornecia o diagnóstico, o presente constituía o tempo privilegiado da ação política. Torres compreendia a Primeira República como um período de crise, mas também como uma oportunidade histórica. A República não representava, a seus olhos, uma ruptura efetiva com o passado colonial e imperial; ao contrário, reproduzia muitos dos vícios herdados da formação histórica brasileira. Ainda assim, tratava-se de um momento decisivo: ou o país promoveria sua reorganização nacional, ou permaneceria condenado à repetição dos mesmos erros.

A história assumia, nesse contexto, uma função eminentemente pedagógica. Conhecer o passado permitia orientar a ação presente e evitar a continuidade das práticas responsáveis pelo atraso nacional. O presente era concebido como um tempo de transição para a ordem, cuja transformação dependeria da capacidade de planejamento e da condução política consciente dos processos sociais. Nesse sentido, Torres defendia que seria necessário: “organizar o curso das grandes correntes sociais sob moldes amplos e livres, onde a vida individual se realize, tendo por só limite a expansão dos outros indivíduos e o desenvolvimento temporal da sociedade”(Torres, 1978, p. 37). A passagem evidencia que a própria temporalidade da sociedade poderia ser objeto de organização política. Governar significava também ordenar ritmos históricos, disciplinar mudanças e orientar o desenvolvimento coletivo segundo finalidades previamente estabelecidas.

Por isso, Torres criticava duramente a ausência de um projeto nacional consistente na República brasileira. Segundo ele, faltava ao país uma política capaz de antecipar e preparar o futuro, predominando aquilo que denominou “a política da cegueira, em face do futuro” (Torres, 1978, p. 134). A urgência do presente residia justamente na necessidade de interromper a continuidade histórica da desorganização nacional e inaugurar um novo ciclo orientado por critérios científicos e por uma ação política deliberada.

O futuro como horizonte de expectativa

O futuro aparecia, nos ensaios de Alberto Torres, como horizonte de possibilidade e de realização nacional. Apesar da severidade de seu diagnóstico, o autor demonstrava profundo otimismo quanto ao destino do Brasil. A desordem não era irreversível; mediante reformas adequadas, o país poderia tornar-se uma nação forte, moderna e respeitada. Torres acreditava que o Brasil estava “destinado a ser o esboço da humanidade futura” (Torres, 1978, p. 135).

Essa expectativa positiva, contudo, não implicava uma confiança espontânea no progresso. O futuro deveria ser construído politicamente. A unidade nacional dependeria do conhecimento científico do território, da proteção dos recursos naturais e da formulação de um projeto nacionalista capaz de integrar a sociedade em torno de objetivos comuns. Tal projeto possuía um forte caráter homogeneizador. A consolidação da nação exigiria o enfraquecimento dos particularismos regionais, a contenção do individualismo e a neutralização de movimentos percebidos como ameaças à coesão social. O ideal de unidade nacional pressupunha a construção de um corpo político orgânico, submetido a instituições fortes e orientado por uma direção comum. A política aparecia, assim, como elemento central da produção do futuro. Como afirmava o próprio Torres: “o futuro de uma sociedade é, politicamente, uma abstração positiva” (Torres, 1978, p. 108). E acrescentava: “um país não é realmente uma nação se não tem uma política, a sua política, a política da sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos” (Torres, 1978, p. 158, grifo do autor).

A construção desse futuro deveria ser conduzida pelas elites intelectuais e dirigentes, consideradas as únicas capazes de compreender a realidade brasileira e formular soluções adequadas para seus problemas históricos. Não por acaso, os ensaios de Torres dirigiam-se prioritariamente aos seus pares, buscando convencê-los da responsabilidade que lhes caberia na condução do processo de reorganização nacional.

Considerações finais

Apesar do diagnóstico severo acerca da desordem brasileira, Alberto Torres jamais abandonou sua crença no sistema republicano e na capacidade transformadora da política. O presente aparecia como um tempo marcado pela persistência de problemas herdados do passado colonial e imperial, cuja continuidade comprometia a constituição da unidade nacional. Entretanto, essa desorganização não era entendida como um destino inevitável. Por meio de um projeto nacional-reformador, conduzido por um Estado forte e orientado pelas elites intelectuais, seria possível reorganizar a sociedade, corrigir os desvios históricos e conduzir o país rumo a um futuro de ordem e integração. Sua interpretação do Brasil articulava, assim, um passado convertido em diagnóstico, um presente concebido como tempo de decisão e um futuro projetado como promessa de regeneração nacional. O tempo da política tornava-se, portanto,

uma política do tempo: uma tentativa de governar a temporalidade da nação e orientar seus destinos históricos.

Referências

- FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- FAVORETTI, João Paulo de Souza. **“Que o pensamento tome a direção da sociedade”: atuação política e formulações intelectuais de Alberto Torres (1865-1917)**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2021.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**.v. 10, n.17, jan./jun., 2007, p. 277-301
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Presença de Alberto Tôrres: sua vida e pensamento. v. 62. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- MARSON, Adalberto. A Ideologia nacionalista em Alberto Torres. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MATOS, Júlia Silveira. **Por uma política orgânica: críticas às estruturas governamentais brasileiras na obra de Alberto Torres**. Rio Grande, *Historia*, 2(2), 89–106, 2011.
- OSBORNE, Peter. The politics of time: Modernity and avant-garde. Londres: Verso, 1995.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo, COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1978.
- TORRES, Alberto. **As fontes de vida no Brasil**. Rio de Janeiro, [s.n], 1915.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. 3ª ed. São Paulo, COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1978.

A construção do imaginário fascista italiano nos livros didáticos *Il libro della seconda classe* (1930, 1933 e 1938)

Izabelle Seoldo Marques

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

seoldoizabelle@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa como o fascismo italiano atuou na construção do imaginário sobre o homem fascista por meio dos livros didáticos da década de 1930. Como objeto de pesquisa, utilizam-se os livros *Il libro della seconda classe*, de 1930, 1933 e 1938, destinados a crianças da segunda série do ensino primário. Os livros configuraram-se como instrumentos importantes na formação do “italiano novo”, contribuindo para a difusão de valores, símbolos e referenciais alinhados ao regime. Nesse sentido, a educação pode ser compreendida como um dos principais dispositivos de construção e transmissão do imaginário acerca do que significava ser o homem fascista, bem como um espaço de disputa de narrativas. A partir dessas representações, delineia-se um modelo de identidade masculina associado ao fascismo, vinculado à guerra e caracterizado pela disciplina, coragem e compromisso com a pátria, a família e os valores religiosos. Desse modo, o estudo propõe que a análise do imaginário fascista italiano permite compreender os processos de formação de sujeitos e o papel da educação na sustentação de regimes autoritários.

Palavras-chave: Fascismo Italiano; Livros didáticos; Imaginário fascista

Introdução

A educação ocupou posição estratégica no projeto político do fascismo italiano, sendo a escola concebida pelo regime como um instrumento de formação moral, política e social. Nesse contexto, os livros didáticos assumiram papel relevante na difusão de valores considerados fundamentais para a construção do chamado “italiano novo”, contribuindo para a construção da identidade fascista, para a legitimação da ordem política vigente e para a naturalização de papéis sociais. Dessa forma, a educação foi mobilizada pelo regime fascista no intuito de atuar na formação de hábitos, crenças e comportamentos, de modo a incorporar os princípios fascistas de culto ao líder, cristianismo e nacionalismo ao cotidiano escolar.

O presente artigo analisa a construção do imaginário fascista italiano nos livros didáticos *Il libro della seconda classe*, publicados nos anos de 1930, 1933 e 1938 e destinados às crianças da

segunda série do ensino primário. As obras foram produzidas no contexto da política do Livro Único, consolidada a partir do Decreto-Lei de 7 de janeiro de 1929, que a partir de aprovação prévia de seu conteúdo por uma Comissão Ministerial, estabeleceu a distribuição dos livros didáticos por toda Itália; sendo que cada série escolar utilizava do mesmo material didático em todas escolas italianas. Tal medida ampliou a capacidade de intervenção do Estado sobre os materiais utilizados nas escolas, transformando-os em importantes veículos de circulação de valores e representações alinhadas ao regime.

A investigação mobiliza o conceito de “cultura política” entendido por Motta (1996) como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, p. 95). A partir dessa perspectiva, busca-se compreender de que maneira elementos constitutivos da cultura fascista foram incorporados aos livros didáticos, contribuindo para a formação de referenciais identitários desde a infância. Também são mobilizadas as contribuições de Bittencourt (1993) e Choppin (2012), que discutem a complexidade do livro didático enquanto objeto cultural e fonte histórica, bem como os estudos de Vedove (2000), fundamentais para a compreensão das concepções de masculinidade e feminilidade difundidas pelo fascismo. Além disso, as reflexões de Scott (1995; 2012) possibilitam pensar gênero como categoria de análise e evidenciar como as representações presentes nos manuais escolares participaram da construção de modelos sociais específicos para homens e mulheres.

Ao analisar textos, imagens e símbolos presentes nos livros didáticos selecionados, pretende-se compreender como o imaginário fascista foi elaborado e difundido. Dessa forma, busca-se evidenciar o papel desempenhado pela escola na sustentação do regime e na formação de sujeitos identificados com valores como nacionalismo, disciplina, militarismo, sacrifício e obediência, bem como compreender a maneira pela qual tais representações contribuíram para a naturalização de hierarquias sociais e de gênero.

Os livros didáticos como fontes históricas

Os livros didáticos constituem fontes que permitem diferentes possibilidades de análise, auxiliando na compreensão das relações entre educação, política e sociedade. Sendo assim, é importante destacar que os livros didáticos não se constituem como instrumentos neutros destinados apenas à transmissão de conteúdos escolares, mas como fontes que permitem a

interpretação sobre o contexto histórico em que foram produzidos; e a reflexão sobre quais valores, concepções pedagógicas e projetos políticos específicos estavam tentando ser transmitidos a partir dos livros. A análise dos manuais escolares permite, portanto, identificar os conhecimentos considerados legítimos e importantes em determinado período histórico, bem como os modelos de comportamento e os referenciais identitários que se buscava transmitir aos estudantes.

Segundo Bittencourt (1993), a complexidade do livro didático decorre justamente da multiplicidade de funções que ele desempenha. Conforme afirma a autora o livro didático, “é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época” (Bittencourt, 1993, p. 3).

Além de produto editorial, o livro didático encontra-se diretamente relacionado à própria instituição escolar. Bittencourt destaca que “o espaço escolar está associado intrinsecamente à construção do livro didático considerando que a escola é, fundamentalmente, uma instituição contraditória onde dominação e conflitos convivem no cotidiano de alunos e professores” (Bittencourt, 1993, p. 6). Tal compreensão evidencia que os manuais escolares também era alvo de disputa pelo controle do que seria difundido nas escolas e consequentemente na formação dos alunos.

Nesse sentido, Choppin (2012) ressalta que os manuais escolares desempenham importante função social ao atuarem na transmissão de saberes e comportamentos julgados essenciais para uma sociedade. Segundo o autor o livro seria um, “Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o 'saber-ser') os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se” (Choppin, 2012, p. 14). Dessa forma, o livro didático constitui-se como produto de uma determinada época, refletindo expectativas, tensões e interesses presentes na sociedade que o produz.

Ainda de acordo com Choppin (2012), os manuais representam uma fonte múltipla e complexa para os estudos históricos: “Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem.” (Choppin, 2012, p. 13).

A partir dessa perspectiva, os livros didáticos selecionados para esta pesquisa são compreendidos não apenas como instrumentos pedagógicos, mas como documentos históricos capazes de evidenciar aspectos do projeto político fascista e das formas pelas quais o regime buscou intervir na formação das crianças italianas. Os livros analisados são: *Il libro della seconda classe* (1930), compilado por Dina Belardinelli-Bucciarelli e ilustrado por Pio Pullini; *Il libro della seconda classe* (1933), com texto de Ornella Quercia Tanzarella e ilustrações de Mario Pompei; e *Il libro della seconda classe* (1938), escrito por Alfredo Petrucci e ilustrado por Piero Bernardini.

A circulação dessas obras esteve diretamente vinculada à política do Livro Único. Instituída pelo Decreto-Lei de 7 de janeiro de 1929, essa medida consolidou o controle estatal sobre os materiais escolares ao determinar que todos os livros didáticos utilizados no ensino primário fossem aprovados por uma Comissão Ministerial e distribuídos oficialmente pelo Estado. A centralização da produção e da seleção dos conteúdos ampliou as possibilidades de difusão sistemática dos princípios fascistas, transformando os manuais escolares em instrumentos relevantes na formação política e moral das crianças.

Nesse contexto, a análise dos livros selecionados permite compreender como narrativas, imagens, símbolos e exemplos cotidianos foram mobilizados para difundir valores alinhados ao fascismo. Os livros didáticos tornam-se, assim, testemunhos das estratégias empregadas pelo regime para orientar comportamentos, construir identidades e promover formas específicas de pertencimento nacional desde os primeiros anos da escolarização.

O imaginário fascista e a educação como instrumento de formação política

A consolidação do regime fascista na Itália esteve associada não apenas ao controle das instituições políticas e administrativas, mas também à construção de uma cultura política capaz de conferir legitimidade ao projeto fascista e produzir formas específicas de pertencimento coletivo. Nesse processo, a educação assumiu papel central, sendo concebida como um dos principais meios de formação das novas gerações e de difusão dos valores considerados essenciais à construção da nação fascista.

Segundo Vedove (2000),

Com a ascensão de Mussolini ao poder, começou aquele processo de 'fascistização' da sociedade que tinha como objetivo final a eliminação da separação entre o Estado e a sociedade civil, ou melhor: o domínio pleno do

primeiro sobre o segundo. Foi assim anulada qualquer divisão entre a vida pública e a vida privada, tanto que todo cidadão italiano foi chamado a se sentir pessoalmente investido de uma grande missão: construir uma nova Pátria e uma nova raça italiana (p. 30).

A educação integrou esse movimento mais amplo de intervenção estatal sobre a vida social, atuando na formação de sujeitos identificados com os princípios do regime desde a infância.

A partir do conceito de cultura política elaborado por Motta (1996), torna-se possível compreender como determinados valores e representações são compartilhados e transmitidos no interior de grupos específicos. Para o autor, cultura política pode ser entendida como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (Motta, 1996, p. 95). Tal definição permite analisar o fascismo para além de sua dimensão institucional, evidenciando os mecanismos simbólicos utilizados para consolidar consensos e orientar comportamentos.

Entre esses elementos, destaca-se o imaginário social. De acordo com Motta (1996), “O imaginário social seria, portanto, a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc.” (p. 96). Compreendido dessa maneira, o imaginário não constitui mera fantasia ou distorção da realidade, mas um conjunto de representações que organiza percepções sobre o mundo social, produz sentidos compartilhados e orienta práticas coletivas.

A partir dessa perspectiva, símbolos, ritos e mitos podem ser compreendidos como formas de expressão desse imaginário fascista. Os livros didáticos analisados apresentam diferentes elementos dessa natureza, contribuindo para a difusão de uma determinada visão de nação, de cidadania e de pertencimento político. Símbolos como a bandeira italiana, o fascio e os uniformes aparecem associados à ideia de unidade nacional e de identificação com o Estado fascista.

Os rituais também desempenhavam papel relevante nesse processo. Conforme destaca Motta (1996), “os rituais cumprem uma função integradora, pois disseminam as normas e valores sustentadores da vivência coletiva. Além disso, reforçam o sentimento de identidade do grupo, através da repetição ritualizada de cerimônias coletivas.” (p. 97). No caso fascista, práticas como a saudação fascista, os desfiles cívicos e as comemorações patrióticas atuavam como experiências coletivas de reafirmação da identidade nacional e dos princípios do regime. A repetição desses

gestos e cerimônias favorecia a incorporação dos valores fascistas ao cotidiano, especialmente entre crianças e jovens em processo de escolarização.

Outro elemento fundamental do imaginário político refere-se à mobilização dos mitos. Segundo Motta (1996), “Os mitos são elementos importantes do imaginário social, na medida em que transmitem mensagens, ajudam a forjar valores identitários e contribuem para dar coesão aos diversos grupos.”. O autor destaca o mito do líder: “No que se refere às mitologias políticas, uma das formas mais recorrentes é o mito do líder. Ele é apresentado como um indivíduo portador de qualidades acima da média, exemplo e protótipo perfeito a ser seguido e imitado pelos seres normais” (Motta, 1996, p. 97).

Sendo assim, a educação formal constituiu um dos principais meios para a difusão desses símbolos, ritos e mitos políticos. Os livros didáticos, ao articularem narrativas escolares, personagens exemplares, ilustrações e comemorações cívicas, contribuíram para a formação de uma sensibilidade alinhada ao projeto fascista. Desse modo, a escola ultrapassava a função de transmissão de conteúdos acadêmicos e assumia papel ativo na formação política das crianças, participando da construção de um imaginário capaz de legitimar a autoridade do Estado, reforçar vínculos de pertencimento nacional e naturalizar os valores que sustentavam o regime.

A construção do ideal de masculinidade no fascismo

A construção de um ideal masculino ocupou lugar central no imaginário fascista difundido pela escola italiana durante a década de 1930. Os livros didáticos analisados apresentavam às crianças modelos específicos de comportamento e atributos considerados desejáveis aos homens italianos, contribuindo para a formação de identidades alinhadas aos interesses do regime. A masculinidade fascista era associada à disciplina, à coragem, ao trabalho, ao patriotismo e, sobretudo, à disposição para o sacrifício em favor da pátria.

Segundo Vedove (2000), o homem fascista deveria ser viril, disciplinado, patriótico, trabalhador e disposto ao sacrifício pela nação, fosse atuando como soldado, fosse desempenhando funções produtivas nas fábricas e no campo. Tratava-se de um modelo de masculinidade profundamente relacionado à ideia de serviço ao Estado, no qual os interesses individuais deveriam subordinar-se aos interesses coletivos da nação.

Nos livros didáticos, esse ideal era construído por meio de diferentes figuras de referência. Personagens masculinos adultos, como pais, avôs e tios, apareciam frequentemente como exemplos a serem admirados pelas crianças. Ao mesmo tempo, os próprios protagonistas infantis das narrativas eram apresentados em situações que indicavam quais comportamentos deveriam ser aprendidos e reproduzidos. Dessa forma, os manuais ensinavam não apenas conteúdos escolares, mas também maneiras específicas de “ser homem”.

Uma das principais estratégias utilizadas para a construção desse imaginário foi a associação entre masculinidade e experiência militar. O soldado italiano era representado de maneira idealizada e heroica, transformando-se em símbolo de patriotismo, coragem e devoção à pátria. Os veteranos da Primeira Guerra Mundial ocupavam posição privilegiada nesse conjunto de representações, sendo descritos como exemplos de honra e sacrifício.

A comemoração do dia 4 de novembro, data da Festa da Vitória da Itália na Primeira Guerra Mundial, evidencia esse processo. Nos livros analisados, a celebração ultrapassava a simples rememoração de um acontecimento histórico e assumia função pedagógica voltada ao reforço dos valores nacionalistas e militaristas. Na história *La festa della vittoria* (p. 45), do livro de 1930, a vitória italiana é apresentada a partir da expulsão dos estrangeiros que ameaçavam as fronteiras nacionais, enfatizando a defesa da pátria e a exclusão do outro.

No livro de 1933, a narrativa *Un'altra data* (p. 25) estabelece uma relação direta entre a identidade nacional e a figura paterna. Ao mencionar que seus pais eram ex-combatentes ou mutilados de guerra, os personagens infantis demonstram orgulho pela trajetória de seus familiares:

- E depois do 28 de outubro — prosseguiu a professora — teremos outra grande festa. O 4 de novembro, aniversário da Vitória. Vocês sabiam?
- Sim senhora. Meu pai é um ex-combatente. — respondeu Bruno.
- Também o meu! Também o meu! — responderam muitas vozes.
- O meu é mutilado de guerra — disse Paoletto Serra, e olhou ao redor com orgulho.
- Eu sei — disse a professora comovida. — ‘Todos bons italianos! Vocês são realmente afortunados de serem filhos dos melhores soldados’ (Il libro della seconda classe, 1933, p. 25, tradução nossa).

A passagem evidencia uma estratégia discursiva que aproxima o projeto nacionalista do cotidiano infantil. O orgulho de possuir um pai soldado, ex-combatente ou mutilado de guerra contribui para naturalizar a associação entre masculinidade e sacrifício. O sofrimento decorrente

da guerra é ressignificado como demonstração de honra e compromisso patriótico, transformando o combatente em modelo exemplar a ser seguido pelas novas gerações.

A própria noção de guerra ocupava lugar privilegiado no imaginário fascista. O soldado representava a disposição permanente para a luta, uma vez que o conflito era concebido como elemento constitutivo da grandeza nacional. Conforme afirmava Mussolini, “Apenas a guerra canaliza todas as energias humanas para a sua máxima tensão e perpetua o selo da nobreza naqueles povos que têm a coragem de enfrentá-la” (Mussolini, 1932, p. 12). Tal perspectiva contribuía para legitimar a militarização da sociedade e atribuir prestígio às características associadas ao universo bélico.

No livro de 1938, essa relação entre masculinidade e serviço à pátria aparece explicitamente ao afirmar que: “Cada Italiano é um soldado, e cada um trabalha, em nome do augusto Rei e Imperador, sob a orientação do Duce, para torná-la cada vez maior, mais bela, mais respeitada” (*Il libro della seconda classe*, 1938, p. 117, tradução nossa). A frase amplia a figura do soldado para além do campo de batalha, transformando o dever militar em princípio organizador da própria cidadania.

Entre os modelos masculinos difundidos pelos livros didáticos destacam-se também o rei e, principalmente, Benito Mussolini. Ambos eram apresentados como figuras exemplares, embora ocupassem posições distintas no imaginário fascista. O rei surgia como símbolo de sabedoria, força, hierarquia e continuidade histórica da nação italiana, enquanto Mussolini assumia a condição de líder e salvador da pátria, capaz de conduzir o país rumo à regeneração nacional.

A história intitulada Benito Mussolini (p. 37), presente no livro de 1930, inicia-se com a seguinte recomendação da professora: “Se alguém falar com vocês sobre Benito Mussolini, ouçam atentamente como se lhes contassem uma história maravilhosa. A sua vida é realmente uma história maravilhosa” (*Il libro della seconda classe*, 1930, p. 37, tradução nossa). A narrativa apresenta aspectos da infância e da trajetória profissional de Mussolini, descrevendo-o como filho de uma professora e de um ferreiro, trabalhador e perseverante. Em seguida, destaca sua participação na guerra: “Veio a guerra na Itália e Benito Mussolini foi à guerra entre os bersaglieri. Foi ferido; foi um soldado valoroso, cheio de coragem” (*Il libro della seconda classe*, 1930, p. 38, tradução nossa).

A construção dessa narrativa aproxima Mussolini da população italiana ao apresentá-lo como um homem comum que, por meio do trabalho, da coragem e do amor à pátria, alcançou a

posição de liderança nacional. Ao final da trajetória, ele é descrito como “Chefe do Governo; é o Duce dos fascistas e de todos os italianos” (*Il libro della seconda classe*, 1930, p. 39, tradução nossa). Conforme aponta Colin (2012), a utilização da forma narrativa semelhante a um conto tinha como objetivo despertar curiosidade, admiração e encantamento em relação ao chefe de Estado. Dessa forma, o mito do líder articulava proximidade e hierarquia: Mussolini era apresentado simultaneamente como alguém oriundo do povo italiano e como figura excepcional destinada a conduzir a nação.

Assim, os livros didáticos analisados contribuíram para a construção de um imaginário masculino marcado pela valorização do heroísmo, da disciplina e do sacrifício. A figura do soldado, do veterano de guerra, do rei e do Duce oferecia às crianças modelos exemplares de conduta, favorecendo a incorporação de valores fascistas desde a infância e naturalizando a associação entre masculinidade, militarização e compromisso incondicional com a pátria.

A figura da mulher no fascismo

A construção de uma ideia sobre o feminino também integrou o projeto educativo do fascismo italiano. Assim como ocorreu com a masculinidade, os livros didáticos atuaram na difusão de modelos específicos de comportamento destinados às meninas, contribuindo para naturalizar determinadas funções sociais atribuídas às mulheres. Essas representações articulavam-se aos interesses políticos do regime e estavam fundamentadas em concepções patriarcais que vinculavam a identidade feminina ao espaço doméstico, à maternidade e ao cuidado da família.

A partir do trabalho de Scott (1995), que compreende gênero como uma categoria de análise, torna-se possível ampliar significativamente a compreensão dessas representações. Segundo a autora, gênero não deve ser entendido como algo fixo, natural ou imutável, mas como uma construção histórica marcada por disputas, negociações e constantes ressignificações. Tal perspectiva permite problematizar a forma como diferentes sociedades estruturam relações de poder, instituem normas de comportamento e definem papéis sociais específicos para homens e mulheres.

Ao considerar o gênero como um dos elementos de construção social e política mobilizados pelo fascismo, torna-se possível compreender como o Estado italiano buscou

intervir diretamente na formação subjetiva e moral da população. Os livros didáticos analisados evidenciam as concepções de masculinidade e feminilidade que o regime procurava instituir desde a infância, transformando a escola em espaço privilegiado para a difusão desses modelos.

Segundo Vedove (2000), o fascismo incorporou concepções de gênero fortemente ancoradas na tradição católica e em estruturas patriarcais. Nesse modelo, a existência feminina era definida pelo binômio esposa-mãe, considerado expressão da vocação natural das mulheres. O apoio da Igreja Católica desempenhou papel importante na consolidação dessa concepção e na promoção de uma determinada configuração familiar, entendida como base da ordem social fascista.

Em relação à maternidade, Vedove afirma:

A formulação quase exclusivamente biológica da função materna, que reduzia as mulheres a procriadoras da raça, e seu estreito vínculo com os interesses da nação são aspectos característicos do fascismo e de todo regime totalitário. A procriação, assim entendida, torna-se um dever social e não mais familiar, do qual o Estado se sente o garante (Vedove, 2000, p. 34).

Dessa forma, a maternidade ultrapassava a esfera privada e assumia caráter político, vinculando-se diretamente aos projetos de fortalecimento demográfico e expansão nacional.

Nesse processo, a mulher que não correspondia ao modelo de mãe e esposa afastava-se do ideal feminino fascista. Conforme destaca Vedove (2000), mulheres que não desempenhavam essas funções eram frequentemente percebidas como insuficientemente comprometidas com o projeto de construção do Estado-nação. A maternidade adquiria, assim, importância estratégica, sendo apresentada como instrumento para a recuperação populacional após a Primeira Guerra Mundial, para a ocupação do território e para a sustentação das ambições expansionistas do regime. O trabalho feminino não era completamente proibido. Contudo, ele não era incentivado como projeto de emancipação individual, as mulheres encontravam limitações significativas em sua participação política e social, sendo excluídas dos espaços de liderança e dos cargos de maior prestígio. Ainda que, em determinados momentos, o fascismo tenha mobilizado a participação feminina conforme suas necessidades políticas, tal inserção ocorreu de maneira instrumental e subordinada aos objetivos do Estado.

Segundo Vedove (2000), o regime compreendia a "importância político-social das mulheres, o valor do seu consentimento e do seu apoio para poder realizar o sonho fascista" (Vedove, 2000, p.14, tradução nossa). Dessa forma, se inicialmente prevaleceu a exaltação da

mulher dedicada ao lar, posteriormente, sobretudo diante das demandas impostas pela Segunda Guerra Mundial, houve uma ampliação controlada de sua participação em determinadas atividades públicas. Ainda assim, essa incorporação não significou a ruptura com o ideal tradicional de feminilidade, mas a adaptação do discurso às necessidades do momento.

Os livros didáticos reforçavam esse processo ao estruturarem suas narrativas a partir das experiências de personagens masculinos e femininos submetidos a expectativas distintas. No livro de 1930, acompanham-se as histórias de Piero e Lauretta; no de 1933, de Bruno e Maiolina; e, no de 1938, de Meuccio e Lunella. A presença de outros personagens, como mãe, pai, professora, avô, avó e tios, contribuía para reforçar modelos específicos de comportamento. Por meio dessas figuras, as crianças eram orientadas sobre os lugares sociais considerados apropriados para cada sexo.

A centralidade do trabalho doméstico feminino aparece de maneira evidente na narrativa intitulada *A Mamãe Trabalha*, presente no livro de 1938. O texto descreve a rotina de uma mãe que, mesmo após todos os membros da família estarem dormindo, continua realizando suas tarefas:

É noite. Em casa todos dormem; mas a mamãe continua a trabalhar. Ela desarrumou a mesa, lavou a louça, varreu e arrumou o quarto. E agora aqui está ela costurando sob a lâmpada. Depois de alongar um pouco os calções de Meuccio, reforça alguns botões. Doddò, entretanto, se agita no berço e começa a chorar baixinho. A mãe corre na ponta dos pés e o embala, cantando baixinho a canção de ninar. O bebê lentamente volta a dormir e a mãe retorna ao seu trabalho. Agora há o uniforme de Vittorio para revisar: amanhã é dia de reunião (Il libro della seconda classe, 1938, p. 27, tradução nossa).

A narrativa apresenta o cuidado com a casa, os filhos e o marido como expressão natural do amor materno e do dever feminino. A dedicação constante da mãe é valorizada como exemplo de esforço, abnegação e responsabilidade, contribuindo para a associação entre feminilidade e trabalho doméstico. Ao retratar esse cotidiano como modelo a ser admirado, o texto reforça a ideia de que a maternidade e a administração do lar constituíam funções centrais da identidade feminina.

Ao mesmo tempo, o espaço doméstico transformava-se em ambiente de reprodução dos valores fascistas. Em uma das canções analisadas, a mãe expressa o desejo de que o filho cresça e se torne um *Camisa Negra*, preparado para servir ao regime. A referência ao mosquete simboliza a preparação antecipada para a vida militar e evidencia como o afeto materno era articulado à

formação política dos meninos. O ato de ninar deixa de representar apenas cuidado e proteção para converter-se em mais um mecanismo de difusão dos ideais fascistas.

Assim, as representações femininas presentes nos *Il libro della seconda classe* contribuíram para consolidar um ideal de mulher associado à maternidade, ao cuidado e ao apoio moral à nação. Embora o regime adaptasse suas estratégias conforme as demandas históricas, a valorização do modelo esposa-mãe permaneceu como elemento estruturante da feminilidade fascista. Por meio das narrativas escolares, tais concepções eram apresentadas às crianças como naturais e desejáveis, participando da formação de subjetividades alinhadas ao projeto político do fascismo.

Conclusão

Os livros didáticos analisados constituíram importantes instrumentos de difusão dos valores fascistas no contexto da educação primária italiana. Mais do que veículos de transmissão de conteúdos escolares, os *Il libro della seconda classe* participaram da construção de um imaginário político que articulava nacionalismo, militarismo, disciplina e devoção à pátria. A centralização da produção e distribuição dos manuais por meio da política do Livro Único ampliou a capacidade de intervenção do Estado sobre a formação das crianças, evidenciando a importância atribuída à educação no processo de fascistização da sociedade.

A análise das narrativas e personagens presentes nas obras permitiu identificar a difusão de modelos específicos de masculinidade e feminilidade. Aos meninos eram apresentados referenciais associados à figura do soldado, do veterano de guerra, do rei e, sobretudo, de Mussolini, valorizando atributos como coragem, sacrifício, obediência e compromisso com a nação. Às meninas, por sua vez, eram destinados modelos fundamentados no ideal da esposa-mãe, na centralidade da maternidade e do trabalho doméstico, reforçando a divisão sexual dos papéis sociais e a concepção de que homens e mulheres possuíam funções distintas no interior da família e do Estado.

Nesse sentido, compreender os livros didáticos como fontes históricas possibilita analisar os mecanismos pelos quais regimes autoritários procuram formar subjetividades e produzir consensos. A partir das contribuições de Motta (1996), Bittencourt (1993), Choppin (2012), Scott (1995; 2012) e Vedove (2000), torna-se possível perceber que o imaginário fascista não foi

construído apenas por meio da coerção política, mas também através da circulação cotidiana de representações, símbolos e modelos de comportamento incorporados aos espaços educativos. O estudo desses materiais, portanto, contribui para ampliar a compreensão sobre as relações entre educação, cultura política e processos de formação social no fascismo italiano.

Referências bibliográficas:

- BELARDINELLI-BUCCIARELLI, Dina. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. Roma-IX. Officine della Ditta R. Carabba. Istituto Poligrafico dello Stato Lanciano. 1930. Disponível em: <http://lettereacameranesi.blogspot.com/2017/05/il-libro-della-seconda-classe-la.html>.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062019-175122/pt-br.html>.
- CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 5-24, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 17 out. 2024.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**, n. 6, p. 92-100, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/lph/article/download/6150/4678/>.
- PETRUCCI, Alfredo. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. Roma A. XVII - 1938. Officine grafiche Mondadori - Verona. Disponível em: http://www.bibliolab.it/2classe_39/00001.html. Acesso em: 16 out. 2024.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 21 out. 2025.
- SCOTT, Joan. **Os usos e abusos do gênero**. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>.
- TANZARELLA, Quercia Ornella. **Il libro della seconda classe**. La Libreria dello Stato. RomaXII. 1933. Officine della Ditta R. Carabba. Istituto Poligrafico dello Stato Lanciano. Disponível em: <https://www.scuoladelfascismo.it/testi-unici-del-ventennio/seconda-elementare/>.
- VEDOVE, Francesca Delle. **La donna nel fascismo tra segregazione e mobilitazione**. Facoltà di Lettere e Filosofia. Tesi di Laurea. Università Ca' Foscari di Venezia. 2000.